

Fis.n°	02
Proc.n°	104858/2014
Rubrica	<i>R. Soares</i>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS-CESC
CURSO DE ENFERMAGEM

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO
DE ENFERMAGEM DO CESC/UEMA

CAXIAS / 2014

Fis.n°	02
Proc.n°	104858/2014
Subm.	RSS/2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS
CURSO DE ENFERMAGEM.

REITOR

Prof.Msc José Augusto Silva Oliveira

VICE-REITOR

Prof.Msc. Gustavo Pereira da Costa

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO – PROG

Maria Auxiliadora G De Mesquita

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO-PROPLAN

Antônio Pereira e Silva

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG

Prof.Msc. Dr.Porfirio Candanedo Guerra

PRO-REITOR DE ADMINISTAÇÃO

Walter Canalis Santana

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS - PROEXAE

Vania Lourdes M Ferreira

DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS – CESC

Valéria Cristina Pinheiro

DIRETOR DO CURSO DE ENFERMAGEM

Prof.José de Ribamar Ross

Caxias/MA
2014

Fls.nº 03
Proc.nº 1041858/2000
Rubrica *RB*

COORDENADORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UEMA
LUZINETE RODRIGUES DA SILVA
COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICO
ANA LÚCIA CUNHA DUARTE

CHEFE DA DIVISÃO DE ESTÁGIO E MONITORIA DA UEMA
CONCEIÇÃO DE MARIA NEIVA PACHECO

ELABORAÇÃO

Núcleo docente Estruturante – NDE

José de Ribamar Ross (Presidente)

Benigna Maria de Assunção Couto (Membro)

Conceição de Maria Aguiar Barros Moura (Membro)

Eliana Lago Campêlo (Membro)

Maria Edileuza Soares Moura (Membro)

COLABORAÇÃO

Professores, alunos, servidores, técnicos administrativos.

Fls. n° 01
 Proc. n° 104858/2014
 Rubrica *Assessoria*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 INTRODUÇÃO	08
2 JUSTIFICATIVA	10
3 REALIDADE SOCIAL DE CAXIAS – MA	12
4 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO CESC/UEMA	15
5 O CURSO PROPOSTO E PERSPECTIVAS	16
5.1 FILOSOFIA EDUCATIVA DO CURSO	17
5.2 MISSÃO DO CURSO	17
5.3 OBJETIVOS DO CURSO	18
5.4 DESAFIOS DO CURSO	20
5.5 DEMANDAS, VAGAS, TURMAS E TURNO DE FUNCIONAMENTO	21
5.6 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	22
6 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO	22
6.1 DIREÇÃO DO CURSO	22
6.2 COLEGIADO DE CURSO	25
6.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	27
6.4 DEPARTAMENTOS	28
6.5 USO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES NA MELHORIA DA QUALIDADE DO CURSO	28
6.6 AVALIAÇÃO DO CURSO	32
7 CURRÍCULO DO CURSO	34
7.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	34
7.2 ESTRUTURA CURRICULAR	37
7.3 MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	41
7.4 NÚCLEOS ESTRUTURAIS	44
7.4.1 DISCIPLINAS COMUNS A OUTROS CURSOS	44
7.4.2 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	44
7.4.3 DISCIPLINAS LIVRES	46
7.5 EMENTÁRIOS E REFERÊNCIAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO	47

Fls.n°	05
Proc.n°	10-1858/2014
Rubrica	<i>[Assinatura]</i>

8 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	100
9 ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS, CULTURAIS (AACC) E ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	106
10 OUTRAS ATIVIDADES CURRICULARES	109
10.1 MONITORIA	109
10.2 PESQUISA	113
10.3 EXTENSÃO	114
11 ESTÍMULOS AS TIVIDADES ACADÊMICAS	116
12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	117
13 RECURSOS HUMANOS	121
13.1 DOCENTES	121
13.2 GESTORES	122
13.3 TECNICOS ADMIISTRATIVOS	122
14 ACERVO BIBLIOGRÁFICO	122
15 INFRAESTRUTURA	123
15.1 ESPAÇOS	123
15.2 LABORATÓRIOS	124
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	129
ANEXOS	129

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Fls.nº	06
Proc.nº	104858/2014
Rubrica	Assin

ASSUNTO: Projeto de Autorização e Reconhecimento de novo Projeto Político Pedagógico

CURSO PROPOSTO: Bacharel em Enfermagem

VINCULAÇÃO: Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC

ENDEREÇO: Rua Quininha Pires nº 746 Centro Caxias – Ma
CEP:65.602-050

NÚMERO DE VAGAS: 30 vagas anuais, com uma entrada para o 1º semestre

DIMENSÃO DAS TURMAS: Turmas teóricas: 30 alunos
Turmas práticas: Grupos de 5 alunos

REGIME: Seriado Semestral

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Integral (Manha, Tarde e Noite)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 4.290 (QUATRO MIL E DUZENTOS E NOVENTA HORAS)

DURAÇÃO: 5 anos

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: 900H

DURAÇÃO DA HORA/AULA: 60 (SESSENTA) minutos cada.

CALENDÁRIO ESCOLAR: 200 (duzentos) dias letivos no ano

ATO LEGAL DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO

CURSO RECONHECIDO PELA RESOLUÇÃO Nº209 e 210 /2009 – CEE

CONCEITO DO CURSO ENADE

2007- NOTA 3

2010 – NOTA 4

2013 - AGUARANDO DIVULGAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Fls.n°	077
Proc.n°	104858/2010
Rubrica	[assinatura]

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de enfermagem do CESC/UEMA, aqui apresentado é produto de um trabalho longo, intenso e articulado, construído coletivamente. A necessidade de formulação do presente PPP surgiu de um processo de avaliação do currículo vigente que teve início em 2012.

Em 2012, mediante portaria da Pró-Reitoria de Graduação, foi criada a reunião de unificação, cuja atribuição prioritária foi a coordenação do processo de reorientação curricular, em conjunto com a Coordenação Técnico Pedagógica na condução do processo de reorientação curricular.

O PPP foi construído tendo como parâmetros legais as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Apóia-se também nos fundamentos que embasam a pedagogia universitária na UEMA. A proposta curricular é organizada predominantemente em períodos, que explicitam as articulações dos diferentes saberes, constituídos por conjuntos de disciplinas ou disciplinas individuais.

Apresenta-se a seguir o Projeto Político Pedagógico do curso de Enfermagem do CESC/UEMA.

Fis.n°	.08
Proc.n°	104854/2014
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

1 INTRODUÇÃO

Estabelecer uma proposta de mudança curricular para o Curso de Graduação em Enfermagem do **CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS-CESC/UEMA**, constitui tarefa desafiadora e urgente. O desafio está ligado à realidade da mudança a qual não se limita a colocar no papel idéias novas ou já elaboradas. Ao contrário, a mudança reveste-se infundável, transmuta-se em processo do qual se sabe seu início, porém, o percurso é longo e não se conhece seu fim.

É desafiador por ser um processo coletivo e, portanto, de negociação constante e inclusiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Além disso, a mudança deve ser pensada aliada às complexas transformações sociais que vêm exigindo uma nova postura da universidade, mais flexível e mais ágil na construção de conhecimento, levando-se em consideração aqueles conhecimentos já estabelecidos.

Ao constituir a atual Comissão de Mudança Curricular (CMC), uma questão foi formulada aos presentes na Assembléia constituída por docentes e discentes que a elegeu: iríamos propor adaptações e alterações no currículo vigente para resolver problemas já detectados ou realmente transformar a estrutura estabelecida? A opção recaiu unânime sobre a segunda proposta, ou seja, a de que o currículo deveria ser mudado e não apenas adaptado. Assim, o desafio de mudança surgiu, bem como a urgência de fazê-lo, pois desde 2001 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Enfermagem.

Conforme mencionado no Parecer CNE/CES 1.133/2001: "As diretrizes curriculares constituem orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente adotadas por todas as instituições de ensino superior. Dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes, as diretrizes devem estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e

Fts. n°	09
Proc. n°	104856/2004
Assinatura	A. R. Costa

informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.*

Na formação em saúde observa-se que as pedagogias de ensino reforçam a fragmentação do sujeito em suas diferentes dimensões. Como conseqüência, as práticas do cuidado tornam-se inadequadas, dando ênfase às patologias e negando o sujeito integral. Em face dos desafios que perpassam o processo de mudança curricular, assume-se a integralidade como fundamento do projeto pedagógico, na tentativa de superar conhecimentos cristalizados, rompendo com a lógica funcionalista, prescritiva e impositiva, estabelecida ao longo do tempo.

Em contraposição, a formação pautada na integralidade possibilita uma postura fundamentada na visão integral, subjetiva e singular do viver humano que embasa o processo educativo e, conseqüentemente, as ações profissionais em seus diferentes espaços de atuação. Este foi o caminho escolhido para a mudança curricular do Curso de Graduação em Enfermagem da UEMA, caminho este delineado a partir das seguintes premissas:

- A mudança curricular é um trabalho coletivo que deve envolver toda a comunidade acadêmica, bem como a daqueles que atuam indiretamente na formação dos alunos;
- O estabelecimento da nova matriz curricular deve se pautar no conhecimento prévio compartilhado e acumulado nos diferentes tipos de currículo e nos fundamentos educacionais que os embasam;
- A construção e o desenvolvimento do projeto pedagógico deve ser uma prática educativa compartilhada, com troca de informações constantes;
- A integralidade do homem e da assistência no processo educativo é central nas discussões sobre o projeto pedagógico;
- Os princípios norteadores do projeto devem ser coerentes com o contexto da saúde brasileira, considerando as diretrizes apontadas pela política pública de saúde, porém mantendo um olhar crítico sobre as mesmas;
- O projeto pedagógico terá como eixos norteadores as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Normas Gerais do Ensino de Graduação da UEMA e a Lei 7498, de 25 de junho de 1986, que regula o Exercício Profissional do Enfermeiro.

Is. n° 10
Proc. n° 104810/2014
Prof. Dr. [assinatura]

Tendo em vista as premissas e considerações apresentadas, a comunidade acadêmica da Escola de Enfermagem do CESC/UEMA optou por um Projeto Pedagógico que tratasse a formação do enfermeiro sob a ótica da flexibilização e da interdisciplinaridade, de modo a assegurar a integração teoria-prática e, ainda, a aproximação entre os saberes específicos, pedagógicos e profissionais.

2 JUSTIFICATIVA

Um dos aspectos que consideramos positivo na nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - (no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, está contido no inciso I do art. 12, que determina que os estabelecimentos de ensino terão a responsabilidade de "elaborar e executar sua proposta pedagógica". O artigo seguinte reforça esta determinação ao definir que os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Além disso, o art. 53 da mesma lei estabelece como componente do exercício da autonomia das universidades, a atribuição de "fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes" (inciso II, do art. 53, da lei 9.394/96). Desobrigados de atenderem determinações de "currículo mínimo" vemos aumentada a responsabilidade dos cursos de proporem seus projetos político-pedagógicos, orientando a formação de profissionais preparados para atender as demandas locais e regionais, mas sem impedimento de transitarem pôr todo território nacional.

Os estudos recentes, analisando a LDB, orientam para algumas cautelas que devemos observar, considerando as implicações legais, políticas e sociais que uma análise crítica aprofundaria. É nosso entendimento que, nos aspectos relacionados ao ensino superior, na nova lei, aparecem orientações que deveriam fazer parte dos regimentos internos das universidades, como são os casos dos incisos I, II, III e IV do Art. 53; que embora sejam importantes avanços ainda representam resquícios de um passado de controle central.

Neste sentido, mesmo desobrigados legalmente, somos de opinião que os cursos de enfermagem não podem desconhecer a contribuição do último currículo mínimo estabelecido para a formação do enfermeiro (Portaria MEC 1721/94) resultado de anos de discussões, seminários, debates e, mais recentemente, as orientações do 3º. SENADEN (ABEn, 1998). Ele representa o consenso possível obtido através da participação de todos os segmentos da categoria e pode ser o elo unificador dos vários projetos político-pedagógicos da enfermagem brasileira.

Motivados por esta necessidade resolvemos contribuir com os cursos que graduam enfermeiros e avançar na determinação original da lei, apresentando um modelo de projeto que se propõe ser político-pedagógico, orientado por marcos que partem do conhecimento da realidade na qual o curso está inserido, refletem esta realidade e aportam na proposta curricular, sua implantação, acompanhamento e avaliação.

A Lei Nº. 7.498, de 25 de junho de 1986 que "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências" define em seu Art.6º que são Enfermeiros:

I - o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei;

II - o titular do diploma ou certificado de Obstetrix ou de Enfermeira Obstétrica, conferidos nos termos da lei;

III - o titular do diploma ou certificado de Enfermeira e o titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetrix, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Enfermeiro, de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetrix;

IV - aqueles que, não abrangidos pelos incisos anteriores, obtiverem título de Enfermeiro conforme o disposto na alínea "d" do Art. 3º do Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961."

O Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior, por meio da Resolução CNE/CES Nº3, de Novembro de 2001 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, em seu Art. 2º definiu os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem

Fls. nº 12
Proc. nº 104858/2014
Rubrica

das Instituições do Sistema de Ensino Superior. No seu Art. 3º, estabeleceu o perfil do formando egresso/profissional como sendo:

Art. 3º O Curso de Graduação em Enfermagem tem como perfil do formando egresso/profissional:

1 - Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicosociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Aliadas à legislação que orienta a formação do enfermeiro, outras questões fundamentais suscitaram a construção da nova proposta pedagógica para o curso de graduação em enfermagem, tais como as novas concepções de saúde, a incorporação do modelo assistencial voltado para a vigilância à saúde, as novas concepções do conhecimento e do processo pedagógico e, não menos importante, uma formação fundamentada nos princípios e diretrizes do SUS.

Cabe ressaltar, ainda, a atuação do enfermeiro como educador no cotidiano do seu exercício profissional, exigindo que o seu processo de formação ofereça subsídios para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes relacionadas às práticas didático-pedagógicas.

Desta forma, busca-se, com a nova proposta, a articulação de saberes específicos e pedagógicos ao longo da formação profissional do enfermeiro.

3 REALIDADE SOCIAL DE CAXIAS-MA

Caxias - MA é um município brasileiro do estado do Maranhão. Com população de 155 202 mil habitantes (estimativa do IBGE – 2010) é considerado o

quarto município mais populoso deste estado. A cidade se constitui de vários bairros, entre eles. A cidade de Caxias - MA está localizada em um lugar onde, no passado, fora aldeias dos índios Timbiras e Gamelos que conviviam pacificamente com os franceses do Maranhão. Em 1615, os portugueses reduziram tais aldeias à condição de subjugadas e venderam suas populações como escravas ao povoado de São Luis.

Várias denominações foram impostas ao lugar, dentre as quais: Guanaré, uma denominação indígena, São José das Aldeias Altas, Arraial das Aldeias Altas, Vila de Caxias e, finalmente, através de uma Lei Provincial n. 24, datada de 05 julho de 1826, fora elevado à categoria de cidade com a denominação de Caxias - MA.

A cidade de Caxias - MA tem uma arquitetura baseada no século XIX e início do século XX no estilo português, ainda conservando parte de seu patrimônio histórico. Está localizada a uma latitude 04°51'32" sul e a uma longitude 43°21'22" oeste, estando a uma altitude de 66 metros. Possui uma área de 5.224 km². A cidade é banhada pelo rio Itapecuru e vários afluentes que cercam a cidade com diversos banhos naturais. O nome Caxias - MA não é homenagem a Luís de Lima e Silva, patrono do Exército Brasileiro. Ele, sim, recebeu o título de Barão de Caxias, por ter sido "pacificador" da maior revolução social existente no Estado do Maranhão: a Balaiada. Caxias - MA foi fundada em 01 de agosto 1823.

A história de Caxias - MA começa no século XVII com o movimento de Entradas e Bandeiras no interior maranhense para a ocupação das terras às margens do Rio Itapecuru, durante a invasão francesa, com o trabalho dos missionários em busca de almas para a fé cristã. Situada na mesorregião do leste maranhense e na microrregião do Itapecuru, Caxias - MA está a 360 quilômetros da capital, São Luis. É limitada ao norte pelos municípios de Codó, Aldeias Altas e Coelho Neto; ao sul pelos municípios de São João do Sóter, Governador Eugênio Barros, Parnarama, Matões e Timon; ao leste pelo Estado do Piauí; a oeste pelos municípios de Buriti Bravo e Gonçalves Dias. A zona urbana de Caxias - MA.

Centra-se em uma economia que tem como base o comércio e o setor industrial, dispõe de lojas de grande estrutura como: Armazém Paraíba, Supermercado Carvalho, Ideal Magazine, Lojas Noroeste, Loja Insinuante, Drogaria Big Bem, Farmácia Pague Menos, Lojas Liliane; Comercial Bom Fim, associadas a

outras lojas também de grande e de menor porte, e ao comércio informal, que vende frutas, verduras, roupas e muitos outros produtos.

O setor industrial é composto por vários tipos de produtos, dentre os quais se destacam o segmento alimentício do setor de soja e óleos comestíveis; cervejaria com a implantação da empresa Schincariol em 2002; fábrica de sabão, desinfetante água sanitária e 30 seus derivados, o segmento da construção civil; além da indústria de vestuário, calçados, perfumaria, sabão, vela, dentre outros. No cenário educacional, disponibiliza para comunidade: a educação básica, o ensino superior e o profissionalizante, tanto na rede de ensino público (estadual e municipal) quanto privado.

O setor industrial é composto por vários tipos de produtos, dentre os quais se destacam o segmento alimentício do setor de soja e óleos comestíveis; cervejaria com a implantação da empresa Schincariol em 2002; fábrica de sabão, desinfetante água sanitária e 30 seus derivados, o segmento da construção civil; além da indústria de vestuário, calçados, perfumaria, sabão, vela, dentre outros.

No cenário educacional, disponibiliza para comunidade: a educação básica, a educação superior e o profissionalizante, tanto na rede de ensino público (estadual e municipal) quanto privado. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP de 2010.

Em Caxias - MA, a matrícula do Ensino Fundamental foi de 31.143 alunos, o Ensino Fundamental I 18.449 e no Ensino Fundamental II 12.694, distribuída nas escolas públicas estaduais com 5.588, escolas públicas municipais 24.081, e escolas privadas com 1.474. Contou com a colaboração de 1.670 professores e 281 escolas. A matrícula na educação infantil foi de 4.507, sendo 4.159 alunos na rede municipal e na rede privada 328. Conta com a participação de 189 professores distribuídos em 44 escolas. A matrícula do ensino médio foi de 7.531 alunos, sendo na rede estadual 7.234, na rede privada de ensino 297, estando vinculados 521 professores distribuídos em 24 escolas.

Com relação ao ensino superior, Caxias - MA dispõe de instituições públicas e privadas. A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, através do

Folha nº 15
Proc. nº 10418/31/2014
Rubrica: [assinatura]

Centro de Estudos Superiores de Caxias - CESC, oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Pedagogia, Biologia, Letras Literaturas e Língua Inglesa, Química, Física, Geografia e História, além dos cursos de Medicina e Enfermagem, e pós-graduação lato sensu em várias áreas.

Este município conta ainda com os serviços prestados pelo sistema que oferecem cursos profissionalizantes em nível médio, representados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Social do Comércio - SESC, atendendo filhos de comerciários na Educação Infantil, Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, voltado basicamente para educação profissionalizante.

4 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO CESC/ UEMA

O Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC foi criado pela Lei 2821, do Governo do Estado do Maranhão, em 23 de fevereiro de 1968. É, portanto, uma das primeiras Instituições de Nível Superior criada pelo Estado e que hoje integra a Universidade Estadual do Maranhão.

Concebido nos termos de um projeto denominado "CENTAURO" tinha como principal objetivo formar professores para o ensino "ginásial" tendo em vista, principalmente, as escolas do antigo "Projeto Bandeirante" que, naquela época, o Governador José Sarney implantava no interior do Estado.

Esta instituição de ensino funcionou inicialmente durante dois anos utilizando professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, resultado de um convenio com aquela Universidade. Rescindido o convenio, a Faculdade de Educação de Caxias passou a utilizar recursos humanos (professores) da própria região.

Inicialmente, seus cursos de licenciatura de curta duração funcionavam em regime regular, no turno noturno e em regime parcelado, nos períodos de férias escolares nos turnos matutino e vespertino. Somente a partir de 1985, os cursos do

Pls. n° 16
Processo: 104858/2016
[Assinatura]

CESC passaram para o nível de Licenciatura Plena nos termos da Portaria Ministerial nº 502/85 de 23 de junho de 1985.

Durante seu funcionamento, o CESC, inicialmente, formava professores nos cursos de Licenciatura em Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Ciências; com a planificação, o curso de Estudos Sociais deu origem aos cursos de História e Geografia, o curso de Ciências deu origem as Habilitações em Biologia, Física, Química e Matemática, mantendo – se o mesmo número de vagas.

O Decreto nº 5.921 de 15 de março de 1994, alterou e reestruturou a UEMA, a Unidade de Estudos de Educação de Caxias - UEEC denominação recebida quando da criação da UEMA em 31.12.1981, conseqüentemente teve sua estrutura modificada passando a ter a nova denominação: Centro de Estudos Superiores de Caxias -CESC, permitindo – lhe maior autonomia didático – administrativa e possibilitando – lhes a implantação de novos cursos, inclusive na área da saúde, como os cursos de Enfermagem e Medicina.

5 O CURSO: PROPOSTA E PERSPECTIVAS

O egresso do Curso de Graduação em Enfermagem do CESC/UEMA pode ser apresentado com um profissional dotado de formação generalista, humanista, crítica e reflexiva; qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos; capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicosociais dos seus determinantes; e capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

Será um profissional adaptável e com suficiente autonomia intelectual e profissional, capacitado para continuar a buscar conhecimentos após a graduação e comprometido com as transformações sociais em qualquer nível de desenvolvimento dos programas de saúde, atendo aos princípios da universalidade, integralidade,

Pls.nº 17
Proc.nº 10418/58/2014
17
[Signature]

equidade, solidariedade e hierarquização que norteiam o sistema de saúde vigente no país.

Dessa forma, a formação proporcionada privilegiará um egresso capaz de reconhecer a natureza humana nas diversas expressões e fases evolutivas; de reconhecer as estruturas e as formas de organização social; de compreender as políticas sociais, em particular as políticas de saúde e sua interface com as práticas de Enfermagem; de intervir em Enfermagem, segundo as especificidades dos sujeitos e dos perfis epidemiológicos do coletivo, em conformidade com os princípios éticos e legais da profissão; e buscar e utilizar novos conhecimentos para o desenvolvimento da prática profissional.

5.1 FILOSOFIA EDUCATIVA DO CURSO

A Escola de Enfermagem estabeleceu sua missão a partir dos pilares, ou seja, na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A integração ensino e serviço, o direito a saúde e a luta pela construção de um novo modelo assistencial estão pautados por princípios do Sistema Único de Saúde, relacionados à equidade e à integralidade do cuidado à saúde das pessoas e da coletividade. Produz e ensina ciência, integrada à sociedade, tendo como eixo o cuidado em saúde.

5.2 MISSÃO DO CURSO

Na base de todo o processo educativo está o educando se aproximando do objeto a ser aprendido. Uma relação que acontece em mão dupla e sem prerrogativas na construção de uma práxis emancipatória. Dentro deste quadro são delineados os critérios do trabalho educativo e a própria concepção do educando. Por isso, estabelecem-se como fundamentos epistemológicos de sua ação educativa: A Ação Educativa deve desenvolver-se de forma a propiciar uma educação integral.

O Educando, no processo de Educação, centro de toda a ação educativa, atua como construtor e participante, onde deve ser o protagonista de sua formação

18
104858/2014
Assessor

e de sua história. A Ação Educativa deve desenvolver-se de forma a oportunizar a construção do indivíduo e da coletividade, garantindo a individualidade e, ao mesmo tempo, complementando a realização do grupo.

Segundo as diretrizes curriculares, o perfil do formando egresso/profissional baseia-se na formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Para isso, propõe-se uma aprendizagem baseada no diagnóstico e resolução de problemas para o setor da saúde com integração entre as áreas do ciclo básico e profissionalizante requerendo do corpo docente criatividade, competência técnica, humana e política. Estas habilidades constituem-se, portanto, num grande desafio, e para vencê-lo faz-se necessário diversificar estratégias de ensino-aprendizagem em diversos cenários.

Formar enfermeiros a nível de graduação para atuar nas diversas áreas da enfermagem visando desenvolver a profissão a nível local, regional e nacional. Realizar e participar de estudos, cursos, pesquisas e outras atividades voltadas para a melhoria da prática da enfermagem, prestando um serviço de qualidade a coletividade tendo em vista as transformações das condições de saúde e vida da população.

5.4 OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Graduação em Enfermagem da do CESC/UEMA tem por objetivo formar enfermeiros generalista com competência técnica, científica, humanista, social, política e ética, capazes de: desenvolver o raciocínio epidemiológico e clínico investigativo; agir de forma crítica e reflexiva; atuar na promoção, recuperação e reabilitação da saúde e prevenção de doenças do indivíduo, do grupo familiar e da coletividade nos diferentes níveis de atenção, intervindo na realidade de forma a transformá-la.

Almeja-se promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente; assim como a formação de um Enfermeiro educado para a cidadania e para participação plena na sociedade.

O Curso de Graduação em Enfermagem do CESC/UEMA tem como objetivos específicos:

Fla.nº 20
Pisc.nº 10-18/58/2014
Rubrica 18500

- Fomentar a valorização das dimensões éticas e humanísticas da profissão, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;
- Fortalecer o reconhecimento do futuro profissional como agente transformador do processo de trabalho, procurando contribuir no aperfeiçoamento das dinâmicas institucionais, observando os princípios éticos e humanísticos;
- Promover a inserção da comunidade acadêmica nas ações de saúde promovidas pelo Sistema de Saúde do estado do Maranhão;

É importante ressaltar que cresce, ano a ano, o número de alunos que concluem o Ensino Médio na região, o que faz aumentar a pressão da demanda pelos Cursos Superiores oferecidos na região. Assim, o Curso de Enfermagem em Caxias torna-se representativo para formar profissionais da área da saúde não só do próprio município como de todos os municípios vizinhos.

5.4 DESAFIOS DO CURSO

As políticas institucionais para a graduação são operacionalizadas mediante integração do ensino com a pesquisa e a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional. A UEMA cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulse a transformação sócio-político-econômica da sociedade, socializando o saber e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo a sua origem; desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado; e busca permanente da unidade teoria e prática, o que exige a incorporação de professores e alunos em atividades de pesquisa, prática pedagógica e iniciação científica.

No município de Caxias existe uma rede de serviços de saúde instalada capaz de ser utilizada pelo Curso de Graduação em Enfermagem. Para tanto, a direção do curso providenciou a celebração de convênios com a secretaria municipal

Fls.n°	22
Proc.n°	10418/SS/2014
Rubrica	21 H. B. S.

e estadual de saúde, garantindo oportunidades de experiências práticas e realização de estágios nestes locais.

Os dados referentes à demanda mostram um crescimento de postos de trabalho de enfermeiros no decorrer dos últimos anos. As políticas públicas de saúde tiveram papel central neste incremento (principalmente via Programa de Saúde da Família - PSF). Uma vez que a formação profissional melhora o desempenho profissional e a qualidade os serviços, o Ministério de Saúde tem incentivado os esforços para transformação desta realidade.

Assim, buscar-se-á formar um Enfermeiro que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no serviço público, como autônomo ou prestador de serviço, em grandes centros urbanos ou pequenos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação fundamental a promoção de saúde da população.

5.5 DEMANDAS, VAGAS, TURMAS E TURNO DE FUNCIONAMENTO

No processo seletivo de ingressantes da UEMA, denominado PAES, o curso de enfermagem do CESC/UEMA, já com um conceito consolidado na sociedade regional caracteriza-se como o curso da Universidade Estadual do Maranhão que mais atrai candidatos dentro os setes cursos existentes na UEMA observando-se também o eixo regional de diversas faculdades particulares que atrai candidatos pelo programas de apoio social do governo federal: PROUNI, SISU, E FIES.

Com entrada anual de apenas uma turma com 30 alunos a fim de nessas condições quantitativas facilitar a assimilação do processo pedagógico proposta com qualidade e promover a intensa participação de alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão propostos.

O curso será desenvolvido em horário integral (manhã, tarde e noite) conforme horários programados semestralmente, contará com uma seqüência de disciplinas obedecendo à modalidade de matrícula seriada semestral. As matrículas das disciplinas obedecerão à sistematização, tendo por base disciplinas anteriormente cursadas em cada semestre. O ano letivo será composto de 200 dias letivos distribuídos no calendário anual elaborado pela Pro-Reitoria de Graduação da

PLS n° 22
22
Proc. n° 1048/58/2014

UEMA. O horário de aulas serão distribuídos de 2ª feira a sábado, onde ~~no total~~ no semestre teremos em torno de 14 semanas letivas e no ano em torno de 28 semanas letivas.

5.7 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Graduação em Enfermagem terá a duração de cinco anos (10 semestres) sendo oferecido em período integral. No ciclo básico e profissionalizante, o semestre letivo têm a duração de 100 dias letivos, com aulas nos turnos da manhã, da tarde e noite. O currículo compreende 60 disciplinas obrigatórias e 2 optativas. O curso de Bacharelado possui uma carga horária de **4.290** horas, das quais **630** horas correspondem às disciplinas do núcleo comum e **3.360** h de disciplinas do núcleo específico, incluindo **120** horas do núcleo livre E 180H de atividades complementares. O Estágio Curricular Supervisionado I e II correspondem ao 9º e 10º período com uma carga horária total de 900h.

6 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1 DIREÇÃO DE CURSO

Como se sabe, a partir da LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases, não houve mais a exigência da existência de departamentos nas Universidades, cabendo às Direções de Centro e Coordenações de Curso, dentro do redimensionamento de sua função, assumir de forma conjunta a responsabilidade pela gestão e qualidade dos Cursos.

Portanto, o coordenador de curso possui atribuições, as quais se enquadram nas competências políticas, gerenciais, administrativas e/ou institucionais, e corroboram para o bom andamento das atividades do Curso como um todo. Conforme o Estatuto da UEMA, as funções do coordenador são:

1. Coordenar, representar e presidir as reuniões e demais atividades do Colegiado de Curso;
2. Coordenar o planejamento, a avaliação interdisciplinar e as atividades do curso;

3. Executar e fazer executar as decisões do Colegiado e as emanadas dos colegiados superiores;
4. Zelar pela qualidade do ensino, pela adequação curricular, pelo cumprimento dos planos de ensino, horários e suas alterações;
5. Fornecer informações de rotina aos órgãos de administração acadêmica;
6. Responsabilizar-se pela organização dos horários do curso de graduação;
7. Exercer a supervisão didático-pedagógica e disciplinar do respectivo curso;
8. Orientar a matrícula e a renovação de matrícula dos acadêmicos do curso;
9. Analisar e emitir pareceres sobre o aproveitamento de estudos, ouvido o respectivo docente, quando necessário;
10. Acompanhar e controlar o desenvolvimento das atividades acadêmicas do seu curso, de modo a garantir a integralização curricular;
11. Despachar os requerimentos de alunos acerca de procedimentos acadêmicos, de acordo com este Regimento e as normas pertinentes;
12. Supervisionar a frequência e o cumprimento das atividades docentes dos professores que ministram aulas no curso, comunicando as irregularidades ao Diretor de Centro;
13. Acompanhar as atividades de estágio, monografias e trabalhos de conclusão de curso;
14. Promover discussões a partir dos resultados de avaliações (institucional, de curso, auto-avaliação, ENADE, e outras) a fim de buscar melhorias contínuas em relação a atuação docente e a qualidade do curso;
15. Exercer outras atribuições decorrentes de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelas instâncias superiores.
16. Buscar a excelência do Curso através do contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento do Projeto Político-Pedagógico,
17. Responder pelo reconhecimento do Curso e suas renovações periódicas pelo Conselho estadual de educação;
18. Estimular o diálogo permanente entre a Coordenação, corpo docente, discente, técnico administrativo, egressos e entidades representativas da sociedade e da área do curso;

Ata n° 24
10/18/24/2014
P. 10

19. Estimular e acompanhar o desempenho, a freqüência docente e zelar pela qualidade e regularidade das avaliações desenvolvidas no curso;
21. Supervisionar o cumprimento das normas do ensino de graduação da UEMA, dos planos de componente curricular e dos planos de trabalho docente;
22. Acompanhar o cumprimento das exigências necessárias à integralização curricular do Curso, ao aproveitamento de estudos e à adaptação de componentes curriculares;
24. Elaborar proposta para a programação acadêmica a ser desenvolvida e submetê-la ao Colegiado do Curso dentro dos prazos previstos no Calendário Escolar;
25. Submeter ao diretor do Centro os assuntos que requeiram ação dos órgãos superiores;
26. Encaminhar ao órgão competente, através do Diretor do Centro, as propostas de alteração curricular aprovadas pelo Colegiado do Curso;
27. Orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do Curso e, quando de interesse, apresentar parecer previamente apreciado pelo Diretor de Centro;
28. Promover a adaptação curricular dos alunos, quer nos casos de transferência, quer nos demais casos previstos na legislação vigente.
29. Zelar, juntamente com o Diretor de Centro, pelo eficiente andamento do processo de avaliação institucional do curso, tanto interna, quanto externamente.

O Coordenador atual, JOSE DE RIBAMAR ROSS, responde pela direção do curso de enfermagem do CESC/UEMA é Bacharel em Enfermagem, inscrição no COREN – MA sob nº 9100 e, é Mestrando em Enfermagem, Especialista em Administração dos Serviços de Saúde e em Formação Pedagógica em Educação Profissional: Enfermagem. Tem 17 (dezessete) anos de experiência de magistério superior e, está na coordenação do curso há 10 anos. É professor do quadro efetivo do curso de Graduação em enfermagem do CESC/UEMA em regime de tempo integral, com 40 horas de atividades semanais, com carga horária prevista para: aulas, pesquisa, extensão coordenação, administração e condução do curso.

A organização do controle acadêmico segue as normas regimentais estabelecidas pela UEMA/PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO. O órgão central de desempenho das atividades acadêmico-administrativas é a Secretaria. O registro e o

Plan. 20
1048/58/204
D. S. C.

controle acadêmico de matrícula, trancamento, transferência e aproveitamento de estudos são de responsabilidade da Direção de curso/Secretaria do curso de Enfermagem. As questões acadêmicas, expedição de declarações, históricos escolares são efetivadas na coordenação do curso e, o estudante acessa o portal do aluno no sit da uema (www.uema.br) através de seu usuário e login próprio.

A verificação e o registro de frequência, notas, aprovação/reprovação são de responsabilidade do professor e o seu controle de responsabilidade Coordenação do Ensino de Graduação da UEMA na cidade de São Luis.

O secretário tem sob sua guarda todos os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros fixados pelo Regimento e pela legislação vigente.

6.2 COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Estatuto da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, em seu art. 49, os colegiados de curso são órgãos deliberativos e normativos dos cursos e terão a seguinte composição:

1. O Diretor de Curso como presidente;
2. Representante dos Departamentos cujas disciplinas integrem o Curso na razão de um para cada disciplina;
3. Um representante do Corpo Discente por habilitação.

A representação estudante exercida pelo diretório central dos estudantes D.C.E e os Centros Acadêmicos (CA).

A organização e funcionamento do DCE e CA's, constam nos respectivos regimentos; e as eleições são realizadas anualmente.

Compete ao colegiado de curso de Enfermagem, segundo Estatuto da UEMA:

I – Funcionar como órgão deliberativo e normativo do curso, em assunto de sua competência;

II – Manifestar sobre a ampliação e redução do tempo total de integralização do curso;

III – Decidir sobre o prazo de dilatação do prazo máximo de integralização do curso;

- Assegurar a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;
- Desenvolver as atividades curriculares, na busca da interdisciplinaridade, tendo como base de construção do perfil almejado e a integração entre ensino, pesquisa, extensão/assistência;
- Ministrar os conteúdos essenciais previstos na estrutura curricular por meio das atividades teóricas, práticas, complementares, elaboração de trabalho de conclusão de curso e estágio curricular supervisionado, de forma integrada e criativa, considerando a realidade sócio-político-cultural nacional e local;
- Desenvolver as competências e habilidades gerais e específicas necessárias ao exercício profissional do enfermeiro articuladas aos contextos sócio-político-cultural nacional e local;
- Implementar metodologias no processo ensinar-aprender que estimulem o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;
- Utilizar estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do enfermeiro;
- Promover a articulação das atividades teóricas e práticas desde o início do processo de formação do enfermeiro, permeando-a de forma integrada e interdisciplinar;
- Favorecer o desenvolvimento de atividades de Enfermagem, de modo integral, nos diferentes níveis de atenção à saúde do indivíduo, família e dos grupos sociais, assegurando o cuidar com qualidade;
- Estimular dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;

26
104858/2024
26
H. S. S.

- IV – Manifestar-se sobre oferta de vagas do curso;
- V – Manifestar-se sobre a proposta de reformulação do currículo do curso;
- VI – Fixar os pré-requisitos, co-requisitos e pós-requisitos das disciplinas curriculares;
- VII – Aprovar, semestralmente, a lista de oferta de disciplinas do curso, inclusive as optativas, fazendo constar a carga horária e o número de créditos;
- VIII – Decidir, em grau de recurso, sobre a matéria acadêmica relacionada com os Departamentos que ministram conteúdos no curso;
- IX – Aprovar normas específicas e planos para estágio curricular obrigatório;
- X – autorizar a orientação de trabalho de conclusão de curso de alunos por docentes não pertencentes a carreira do magistério superior da UEMA;
- XI – Aprovar na primeira fase de trabalho de conclusão de curso, o projeto apresentado pelo aluno;
- XII – decidir em única instância, sobre recurso relativo a aproveitamento de disciplinas;
- XIII – Propor nulidades de disciplinas;
- XIV – Decidir sobre a realização de período especial;
- XV – Decidir, em grau de recurso, em única instância, sobre revisão de nota, mediante prévia constituição de comissão de professores;
- XVI – Aprovar o Plano de Trabalho e o Relatório Anual de atividades do curso;
- XVII – Proceder a avaliação da aprendizagem no curso;
- XVIII – Designar comissões temporárias para exame e manifestação sobre matéria de interesse no curso;
- XIX – Deliberar subsidiariamente sobre medidas gerais que assegurem a assiduidade, produtividade e efetividade do corpo docente que atua no curso;
- XX – Propor, pelo voto de dois terços da totalidade de seus membros, ao colegiado do curso, medidas disciplinares aos discentes, bem como afastamento ou destituição do coordenador do curso;
- XXI – Exercer outras atividades decorrentes do estatuto e nos Regimentos da UEMA, em matéria de sua competência;

Fls. n° 27
10218/2011
RSC

6.3 NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Conforme resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010 que normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Núcleo Docente Estruturante de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e continua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Enfermagem do CESC/UEMA é integrado pelos professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica do curso e que estão encarregados da implementação e desenvolvimento do curso, sendo vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, orientação de pesquisa e extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico, etc. Em sua composição, o Núcleo Docente Estruturante conta com cinco (05) dos docentes do curso e com a Coordenadora do Curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Fls n° 28
1045/87/28/14
H. B. S.

6.4 DEPARTAMENTOS

O Departamento Acadêmico é a menor fração da Estrutura universitária para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e distribuição de pessoas (art. 72 do estatuto da UEMA).

Com base neste artigo, as disciplinas do currículo pleno que mantêm uma relação entre si, estão relacionadas e distribuídas em Departamentos. Para o curso foi criado um Departamento de Enfermagem. As demais disciplinas do curso estão agrupadas em departamentos de outros cursos existentes no CESC/UEMA, mantendo uma interdisciplinaridade entre estes já existentes da IES, como segue:

Os respectivos departamentos bem como, a Direção de Curso de enfermagem aguarda a sua criação através de lei estadual. Atualmente o Diretor de curso é nomeado através de portaria do reitor na modalidade cargo comissionado respondendo ao mesmo tempo pela direção de curso e chefia de departamento.

- DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
- DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE

6.5 USO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES NA MELHORIA DA QUALIDADE DO CURSO

Admite-se a existência de dois diferentes modelos de avaliação, com seus fundamentos científicos, suas ideologias e efeitos nos processos ensino-aprendizagem. De um lado, o modelo que concebe a avaliação como controle, sustentando-se em uma epistemologia objetivista, cujos conceitos fundamentais são objetividade, certeza, neutralidade, verificabilidade, assegurados pelos procedimentos científicos, pelo uso de instrumentos objetivos e técnicas quantitativas.

Do outro, o modelo que concebe a avaliação como produção de sentidos, sustentando-se em uma epistemologia subjetivista, capaz de fazer emergir práticas em que se valorizam as atitudes reflexivas e cooperativas dos atores envolvidos nas ações educativas. Para além das simples medidas, tal epistemologia

subjetivista valoriza a realidade como instância complexa, dinâmica, aberta e polissêmica, para a qual concorda uma avaliação também polissêmica e pluri-referencial.

Neste movimento de superação, o que se busca não é a escolha por um ou outro modelo, mas uma síntese de ambos, uma vez que não se trata de adotar exclusivamente o controle (medida, verificação, constatação) ou, tampouco também exclusivamente, de adotar procedimentos subjetivistas preocupados apenas com os processos.

Em termos funcionais pode-se afirmar que há as avaliações classificatórias, as diagnósticas e formativas. As avaliações classificatórias têm como objetivo a produção e registro de conceitos que classificam o aluno, sem muitas vezes fornecer elementos que permitam o diagnóstico do seu crescimento em termos de desempenho e desenvolvimento de habilidades e competências. As avaliações diagnósticas têm como função identificar o nível de conhecimento em que se encontra o aluno, fornecendo, portanto, elementos para constatação dos entraves, dificuldades de aprendizagem e avanços.

Assim, a Avaliação permite analisar a relação entre os objetivos traçados, as aprendizagens ocorridas, os conteúdos produzidos e assimilados e as várias formas de abordá-los nas práticas pedagógicas.

Em concordância com os princípios metodológicos e pedagógicos de base construtivista, pretende-se no Projeto Pedagógico, que a avaliação seja tratada por teorias da complexidade, seja diagnóstica e formativa, exercitada por meio de diversos instrumentos e combinação de diferentes abordagens. Essas devem promover experiências educativas que resultem em provocações intelectuais significativas no sentido do desenvolvimento do aluno. Visam o questionar, formular perguntas, propor tarefas desafiadoras, disponibilizando tempo, recursos, condições aos alunos para contribuir em suas respostas e ações.

Para além da avaliação formal dos estudantes exigida pela gestão acadêmica da UEMA, e como forma de manter o caráter inovador desse currículo, posto tratar-se de uma proposta pautada na flexibilidade, horizontalidade e dialógica

15.0° 30
10/18/2014 30
12/20/14

dos processos de ensino-aprendizagem, pretende-se desenvolver as seguintes diretrizes de avaliação na implantação/implementação do currículo:

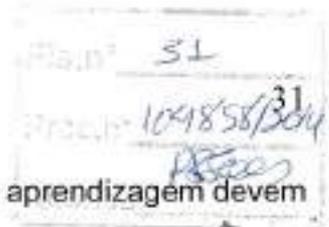
- Priorizar avaliações por semestres, investindo em trabalhos comuns a várias disciplinas que podem se traduzir em indutores da integração dos conteúdos.
- Realização de fóruns avaliativos entre professores da disciplina, chefe de departamento, colegiado de curso, curricular e estudantes, ao término de cada semestre, com indicações e implantação das mudanças cabíveis para correção de rumos.
- Avaliação centrada, o máximo possível, na capacidade de pesquisa e elaboração própria dos estudantes.
- Assegurar aos acadêmicos o direito de refazer, sempre, os processos avaliativos, avançando-se na reconstrução de práticas e aprendizados.
- Avaliação como meio, não como fim, minimizando a cultura da 'nota' como mecanismo de poder e coerção nos processos de ensino-aprendizagem.
- Propiciar diversos momentos avaliativos no decorrer das unidades de ensino, atividades práticas, elaboração/implementação de projetos, bem como estágios, ampliando a participação dos estudantes como sujeitos do conhecimento.
- Atividades de avaliação práticas, como por exemplo, observação direta, situação problema, no caso da avaliação de competências, que permitam julgar o desempenho do aluno em situações reais que envolvam a mobilização de conhecimentos, habilidades e múltiplos saberes.

O principal propósito da avaliação é acompanhar a experiência do aluno, no processo de construção do conhecimento, com indicação contínua da efetividade das situações didático-pedagógicas propostas.

O processo de avaliação do ensino do Curso de Graduação em Enfermagem está disciplinado nas normas do ensino de graduação da UEMA Capítulo V, Seção I:

Art. 65. A verificação da aprendizagem será feita por disciplina, abrangendo frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios.

Art. 66. A verificação da aprendizagem será apurada por meio de três avaliações relativas ao programa da disciplina.



§ 1º As formas e as datas das avaliações do processo ensino e aprendizagem devem estar previstas no plano de ensino da disciplina.

§ 2º Nos cursos presenciais, as avaliações são correspondentes ao primeiro, segundo e terceiro terços do programa das disciplinas.

§ 3º O resultado da verificação da aprendizagem será expresso em nota variável de zero a dez, com, no máximo, uma casa decimal.

§ 4º O professor deve registrar faltas e notas obtidas em cada avaliação no Diário Eletrônico do Sistema de Informação Gerencial-Acadêmico, até dez dias úteis após a realização.

§ 5º O professor deve entregar os originais de trabalhos e provas, inclusive a prova final, aos estudantes e registrar na Ata de recebimento da avaliação do Sistema de Informação Gerencial-Acadêmico.

§ 6º Nos cursos, na modalidade a distância, são realizadas atividades avaliativas virtuais em cada unidade programática e uma prova presencial de todo o programa presencial ao final da disciplina.

Art. 67. Será considerado aprovado em cada disciplina o estudante que obtiver nota geral da disciplina igual ou superior a 7 (sete).

Art. 68. O estudante que não realizar uma das provas previstas no plano de ensino poderá formalizar pedido de segunda chamada, desde que não tenha mais de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas relativamente à carga horária total da disciplina, e na educação a distância tenha realizado no mínimo 25% das atividades avaliativas virtuais.

§ 1º O pedido de segunda chamada, autorizado uma única vez por disciplina, acompanhado de justificativa e documentação comprobatória, deverá ser formalizado no departamento responsável pela disciplina no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a realização da verificação.

Art. 69. Será concedida revisão de nota ao estudante que a solicitar no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do resultado.

Art. 70. Ao estudante que comprovadamente utilizar meios fraudulentos nas provas e nos trabalhos desenvolvidos será atribuída a nota zero, além de tomadas as medidas disciplinares que forem julgadas necessárias.

Art. 71. O estudante que obtiver nota geral da disciplina igual ou superior a 5,0 (cinco) e inferior a 7,0 (sete) e que tenha comparecido, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas, no ensino presencial, ou tenha realizado no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das atividades avaliativas virtuais na Educação a Distância, poderá ser submetido à avaliação final.

§ 1º A avaliação final abrange todo o programa da disciplina e deverá ser realizada após o encerramento do período letivo, em prazo fixado no Calendário Universitário.

§ 2º Para ser aprovado na forma do *caput* deste artigo, o estudante deve alcançar pelo menos a média 5,0 (cinco), calculada mediante média aritmética das verificações das atividades acadêmicas com a nota do exame final.

Art. 72. O coeficiente de rendimento do estudante, no período, será obtido pela média ponderada das médias finais, sendo os pesos representados pelos créditos das respectivas disciplinas e, como divisor, o número de créditos das disciplinas cursadas pelo estudante com aproveitamento.

6.5 AVALIAÇÃO DO CURSO

A respeito da auto-avaliação, o PPC contempla o previsto na Lei nº 10.861/2004 – SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Enfermagem e no Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMA.

A estruturação avaliativa do Curso compreende o especificado no Projeto e Regulamento da Comissão Permanente de Avaliação - CPA, contemplando os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações Físicas.

Na busca de seu reconhecimento enquanto entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, a UEMA aplica instrumentos avaliativos que contemplam as diversas dimensões do saber. É realizadas ao final de cada semestre no sit da UEMA onde alunos e professores acessão a ferramenta sistema de avaliação e preenche o formulário eletrônico específico.

Plan.º 33 33
104858/2004
F.º 1300

A identificação dos pontos fortes e fracos da UEMA, agrupadas em dimensões permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além é claro da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

Outro instrumento utilizado pela direção de curso e aplicado na avaliação de professores preenchido pelos alunos de cada turma de forma coletiva permite de forma imediata durante o semestre letivo a avaliação do Curso de Graduação em Enfermagem a fim de que a mesma possa propor as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores e professores envolvidos diretamente neste processo.

A obtenção dos resultados avaliativos do Curso de Graduação em Enfermagem tem possibilitado um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pelo curso no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e a que se propõe.

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso traz em si a oportunidade de rupturas com a acomodação e o previamente determinado, abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, a política adotada em sua implementação e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela Faculdade, que atua comprometida com a responsabilidade social.

Projeções e planejamentos de ações curriculares, assim como procedimentos de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso resultam principalmente de interações entre áreas de conhecimento, Colegiado de Curso,

Fls. n° 54
Proc. n° 10418-2/2014
Turmas A/B/C/D

Núcleo Docente Estruturante, e Direção da IES e de avaliações continuadas sobre o processo de construção e reconstrução do conhecimento, em todas as suas variáveis.

7 CURRÍCULO DO CURSO

7.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A organização do currículo da Escola de Enfermagem pauta-se no ideal de superação da fragmentação do conhecimento e da rígida separação entre o ciclo básico e o ciclo profissional, bem como no investimento para concretizar a articulação da teoria com a prática em diversos cenários de ensino-aprendizagem do curso. Na organização dos currículos acadêmicos, ainda prevalecem resistências ao trabalho interdisciplinar.

Desta forma, o currículo torna-se um campo de disputas, onde cada área de conhecimento, por meio do seu discurso particular, trata a realidade humana a partir de um único referencial, reduzindo o conhecimento à dimensão da própria especialização. Tal especialização, além de ser problemática no sentido de não dar conta da complexidade humana, não permite que a realidade seja (re) significada historicamente.

No currículo ora proposto, busca-se uma maior integração entre os diversos campos do saber para a compreensão dos fenômenos ligados ao ser humano e à saúde, de tal forma que os conteúdos, sejam organizados em uma direção convergente. Nessa lógica, o currículo apresenta-se como estratégia para contemplar a perspectiva de conjunto, a visão do todo, a complexidade da organização social e seus problemas.

A interdisciplinaridade, no desenvolvimento do currículo proposto, configura-se, acima de tudo, como uma forma de abordagem, uma nova postura diante do conhecimento, em busca do diálogo e da unidade do pensamento para compreender a complexidade própria do existir humano. Assim, o currículo não deve ser encarado como a somatória ou a simples justaposição de conteúdos, mas deve

Folha nº 35
Processo nº 10418/2014
Rubrica

permitir que os conhecimentos se insiram em um contexto, situados globalmente sem, contudo, perder de vista seu caráter particular.

Portanto, a articulação entre a teoria e a prática consiste em um princípio a ser alcançado no desenvolvimento do currículo. Tal princípio aborda os pólos, a teoria e a prática, trabalhando-os simultaneamente, como uma unidade indissolúvel, na qual a prática não é apenas a aplicação da teoria, mas o seu ponto de partida e de chegada.

Considerando que a relação teoria prática esteve atrelada ao enfoque racionalista e positivista nos currículos tradicionais, nesta proposta busca-se superar a dicotomia contida nessas vertentes com o paradigma da prática reflexiva. Este paradigma abriga a idéia de um processo de ensino aprendizagem que valorize a investigação na ação, articulando teoria, prática e reflexão e impedindo que a ênfase na prática conduza à reprodução acritica de esquemas e rotinas cristalizadas e pouco criativa.

Na presente proposta, definiu-se por uma formação por competências, ou seja, a capacidade dos indivíduos de mobilizar, articular e colocar em ação os valores, os conhecimentos e as habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas. A proposição do currículo para a formação do enfermeiro se funda na concepção construtivista-interacionista de aprendizagem. Neste contexto se inserem, sobretudo, as concepções de Piaget, Vygotsky e Paulo Freire.

Na perspectiva de Piaget e Vygotsky, aspectos antes desconsiderados em pedagogias tradicionais tais como os componentes cognitivos e os componentes sócio-afetivos passam a ser valorizados na formação do aluno. O professor torna-se o mediador de todo o processo de aprendizagem, exercendo o papel de problematizador, apontando conflitos e situações que estimulem o aluno a questionar sua ação.

A valorização das experiências dos alunos e da sua cultura é, pois, um dos principais aspectos da proposta construtivista. Nessa perspectiva, para que ocorra a aprendizagem, o sujeito é mobilizado em suas diferentes necessidades de atingir novos saberes, de se comunicar, de participar como ente social e de atuar ética e politicamente na sociedade. A linguagem é vista como a instituição histórico-

Fls. n° 36
Processo 109858/2019
36
H. B. S.

material central neste processo, considerada como um sistema simbólico dos grupos humanos que fornece os conceitos e as formas de organização do real, e que possibilita a mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento (VYGOTSKY, 1998).

Na concepção freiriana, a aprendizagem se dá por meio de um processo dialógico entre os sujeitos, mediados pela leitura que fazem do mundo. O sujeito para Paulo Freire (2001) é histórico e crítico, capaz de olhar para si mesmo e para a realidade, distanciando-se dela para admirá-la e compreendê-la melhor. Assim, o sujeito histórico é aquele que supera a condição de consciência ingênua, construindo em si e com os outros uma consciência crítica que o instrumentaliza para o fazer histórico.

No mundo moderno é imprescindível uma educação em que o aluno se transforme e seja protagonista de sua formação, desempenhando um papel atuante e cidadão que envolve raciocínio lógico, habilidade para o pensamento, criatividade, tomada de decisões, liderança, espírito de investigação, construção de textos próprios e capacidade produtiva.

Para o alcance desse perfil é necessário, portanto, garantir articulação da teoria e da prática, com flexibilização e integração curriculares, em uma perspectiva ampla de aprendizagem contínua. As atividades acadêmicas propostas para a construção deste perfil são amplas e diversificadas quanto ao tipo e natureza, incluindo aulas teóricas, práticas, seminários, estudo dirigido, grupos de estudo, estudo de caso, discussões temáticas e vivência profissional.

Os projetos de ensino, pesquisa e de extensão, que permitem o desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências e que são vinculados ao curso, também são incluídos após avaliação pela Instituição, como atividades curriculares. Outra possibilidade de ampliar as oportunidades e modos pelos quais se processa o aprendizado é a participação em eventos. O conjunto de atividades extracurriculares é parte da proposta de flexibilização do currículo.

Além disso, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se configura como uma atividade do processo de formação. O TCC consiste no desenvolvimento de pesquisa ou na formulação de projeto que utilize a metodologia científica, sob orientação docente. Finalmente, o estágio curricular supervisionado,

Fla.nº 37
Proc.nº 101854/2013
Assessor

que constitui a prática profissional sob orientação de professor da Escola de Enfermagem e supervisão do profissional do serviço de saúde permite o aprendizado por meio de uma atuação efetiva, crítico-reflexiva diretamente nas instituições de saúde.

Para o desenvolvimento do currículo proposto e de uma maior integração entre as disciplinas ficam explicitados, portanto, o desafio de prepararmos docentes para a implementação do novo currículo, buscando romper barreiras conceituais e de compreensão da relação das especificidades da Enfermagem com as demais áreas do saber. Para isto, propõe-se uma avaliação contínua do processo com as seguintes estratégias:

- Realização de encontros sistemáticos entre docentes para discussão de métodos e técnicas pedagógicas de ensino aprendizagem e de estratégias de avaliação;
- Organização de seminários pedagógicos, conferências e oficinas para docentes e discentes sobre temas referentes à Educação, métodos de ensino, avaliação, entre outros;
- Elaboração de atividades integradoras envolvendo docentes de diferentes áreas de atuação, incluindo reflexões que possibilitem a ampliação de conteúdos transversais e interdisciplinares relacionadas à vida, cidadania, saúde, ética, enfermagem, consolidação do SUS, entre outros atuais e pertinentes.

As estratégias apresentadas, ligadas à viabilização dos princípios pedagógicos possibilitarão a integração das atividades, o que exigirá a superação de dificuldades e uma maior articulação com outras áreas do conhecimento.

2.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso de Enfermagem do CESC/UEMA, preservando a sua articulação, busca mecanismos capazes de lhe permitir um grau de flexibilidade, possibilitando ao aluno "desenvolver/trabalhar vocações, interesses e potenciais específicos", criando-se condições de tempo para pesquisas bibliográficas e auto-aprendizagem, através de adequado planejamento das cargas horárias semestrais, respeitado o limite máximo de horas/aula semanais, seguindo orientação

das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem. Ainda, em consonância com este propósito, busca-se oportunizar a flexibilização através da implementação curricular das Atividades Complementares de interesse individual e coletivo.

Segundo o que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem em seu Art. 6º os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem.

Os conteúdos devem contemplar:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem;

II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;

III - Ciências da Enfermagem - neste tópico de estudo, incluem-se:

a) Fundamentos de Enfermagem: os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo;

b) Assistência de Enfermagem: os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem;

c) Administração de Enfermagem: os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem; e

d) Ensino de Enfermagem: os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem..

Tal organização visa a articulação entre a teoria e a prática e, portanto, a aproximação do estudante com diferentes cenários de atuação profissional. Os módulos se organizam em unidades as quais, por sua vez, são constituídas por disciplinas optativas e obrigatórias, bem como outras atividades que irão possibilitar a integralização de créditos. Ressalta-se que as disciplinas que integram o currículo se interrelacionam possibilitando ao conhecimento circular de forma dinâmica nas diferentes unidades.

As dimensões curriculares expressas integram o conjunto do currículo, explicitado na composição e intersecção dos seguintes núcleos:

- Disciplinas do núcleo comum(NC)
- Disciplinas do Núcleo Específico (NE)
- Disciplinas do Núcleo Livre (NL):

O Currículo do curso de Graduação em Enfermagem do CESC/UEMA apresenta um total de **4.290** horas distribuídas em aulas teóricas e práticas a serem desenvolvidas em laboratórios do próprio curso, em clínicas, Programas de saúde pública, creches, Unidade Básicas de saúde, hospitais da rede pública e privada, todos devidamente conveniados pela mantenedora. O aluno também terá aulas práticas nas comunidades em geral.

Após a conclusão das disciplinas dos oito primeiros semestres, o aluno estará apto a ingressar no estágio curricular supervisionado obrigatório. A qualificação do aluno somente será considerada após o mesmo ter cumprido integralmente os seguintes critérios: conjunto de disciplinas obrigatórias, número mínimo de horas/aulas das disciplinas optativas, desempenho com aproveitamento das atividades do estágio curricular e a elaboração de trabalho de conclusão de curso(TCC), integralizando a exigência de **4.290h** horas/aulas, incluindo o estágio curricular supervisionado obrigatório.

Ao final do curso obedecendo ao calendário trienal do INEPE e mobilidade acadêmica, o aluno irá realizar obrigatoriamente o EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – ENADE. Conforme

Fls.n°	40
Proc.n°	104858/2014
Retirada	40 D. Soares

Lei nº o aluno que não realizar a prova ENADE não receberá o diploma até regularizar sua situação.

- ❖ Carga horária total exigida: **4.290h**
- ❖ As disciplinas são distribuídas em 10 períodos letivos
- ❖ Cada 30 horas correspondem a um crédito de atividades práticas
- ❖ Cada 15 horas correspondem a um crédito de atividades teóricas
- ❖ Cada 45 horas correspondem a um crédito de atividade de estágio curricular supervisionado/ Atividades complementares

De acordo com Duarte(2014) O PPC deve levar em conta alguns princípios básicos da sua construção. Entre eles destaca-se o processo de desenvolvimento do currículo ser cultural e, portanto, não é neutro nem estático, pelo contrário, ele é, e continua sendo construído.

Fis. n° 92
 Proc. n° 104/848/2011
 Rubrica: *Deleg*

7.3 MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

Ord.	Cód.	1º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
01		Anatomia Humana (NE)	120	06	01	07
02		Antropologia (NC)	60	04	---	04
03		Leitura e Produção Textual (NC)	60	04	---	04
04		História da Enfermagem (NE)	60	04	---	04
05		Metodologia Científica (NC)	60	04	---	04
06		Citologia e Histologia (NE)	90	04	01	05
TOTAL			450	26	02	28
		2º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
07		Sociologia da Saúde (NE)	60	04	---	04
08		Genética e Embriologia (NE)	60	04	---	04
09		Fisiologia (NE)	90	06	---	06
10		Bioquímica Geral (NE)	90	04	01	05
11		Biofísica (NC)	60	04	---	04
12		Bioestatística (NC)	60	04	---	04
TOTAL			420	26	01	27
		3º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
13		Semiologia na Enfermagem (NE)	90	04	01	05
14		Teorias de Enfermagem (NE)	60	04	---	04
15		Saúde Ambiental (NE)	60	04	---	04
17		Microbiologia e Imunologia (NC)	90	04	01	05
18		Bases Técnicas Fundamentais da Enfermagem (NE)	90	04	01	05
TOTAL			390	20	03	23
		4º PERÍODO – DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				Teórico	Prático	
19		Parasitologia (NC)	60	02	01	03
20		Psicologia na Saúde (NE)	60	04	---	04

Fls. n° 42
 Proc. n° 104423/2011
 H. S. Cas

21	Bioética e Legislação na Enfermagem (NE)	60	04	---	04
22	Farmacologia (NE)	90	04	01	05
23	Bases Técnicas Aplicadas da Enfermagem (NE)	90	04	01	05
24	Patologia (NE)	60	04	---	04
TOTAL		420	22	03	25
5º PERÍODO – DISCIPLINAS		CH	Créditos		Total
			Teórico	Prático	
25	Língua Inglesa Instrumental (NC)	60	04	---	04
26	Nutrição (NC)	60	04	---	04
27	Terapias Naturais (NC)	60	02	01	03
28	Enfermagem do Trabalho (NE)	60	04	---	04
29	Saúde Mental (NE)	60	04	---	04
30	Epidemiologia (NE)	90	06	---	06
TOTAL		390	24	01	25
6º PERÍODO – DISCIPLINAS		CH	Créditos		Total
			Teórico	Prático	
31	Infectologia (NE)	60	04	---	04
32	Psiquiatria na Enfermagem (NE)	60	02	01	03
33	Saúde Coletiva (NE)	90	04	01	05
34	Saúde da Família (NE)	90	04	01	05
35	Educação e Saúde (NE)	60	02	01	03
36	Optativa I (NL)	60	04	---	04
TOTAL		420	20	04	24
7º PERÍODO – DISCIPLINAS		CH	Créditos		Total
			Teórico	Prático	
37	Saúde da Mulher (NE)	60	02	01	03
38	Urgências e Emergências (NE)	90	03	01	04
39	Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente (NE)	90	04	01	05
40	Administração dos Serviços de Saúde (NE)	60	04	---	04
41	Optativa II (NL)	60	04	---	04
TOTAL		360	17	03	20
8º PERÍODO – DISCIPLINAS		CH	Créditos		Total
			Teórico	Prático	
42	Saúde do Adulto e do Idoso (NE)	120	06	01	07
43	Projeto de Pesquisa em Saúde (NE)	60	04	---	04

Fla.n° 43
 Proc.n° 10485/2014
 43
 R. S. S. S.

44	Perioperatória (NE)	120	06	01	07
45	Obstetrícia (NE)	60	02	01	03
TOTAL		360	18	03	21
9º PERÍODO - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA 450		CH	Créditos		Total
			Teórico	Prático	
46	Saúde Coletiva	90	---	03	03
47	Saúde da Família	270	---	06	06
48	Saúde Mental e Psiquiatria	90	---	02	02
TOTAL		450	---	11	11
10º PERÍODO - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA ALTA COMPLEXIDADE		CH	Créditos		Total
			Teórico	Prático	
49	Saúde da Mulher	90	---	02	02
50	Saúde da Criança	90	---	02	02
51	Clinica	90	---	02	02
52	Perioperatória	90	---	02	02
53	Administração Hospitalar	90	---	02	02
TOTAL		450	---	10	10
Atividades Complementares		180	---	04	04
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC		---	---	---	---
TOTAL CARGA HORÁRIA		4.290			

NÚCLEOS	CH	Créditos		TOTAL
		T	P	
NÚCLEO COMUM (NC)	630	36	03	39
NÚCLEO ESPECÍFICO(NE)	3360	129	38	167
NÚCLEO LIVRE (NL)	120	04	02	06
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	180	-	04	04
CARGA HORÁRIA TOTAL	4290	169	47	216

Pls.n° 44
 Proc.n° 104844/2014
 Rubrica: V8763

Quanto da oferta de disciplinas e inscrição em disciplinas será obedecida as normas gerais de graduação da UEMA na seção III artigo 49º. Cada período será subsequente ao outro, devendo o aluno está em dias com as obrigações disciplinares do núcleo específico para dar continuidade à periodização

7.4 NUCLEOS ESTRUTURAIS

7.41 DISCIPLINAS COMUNS A OUTROS CURSOS - CH:630H

Entende-se por Núcleo Comum (NC) o conjunto de disciplinas obrigatórias de conteúdos integradores para formação do profissional.

Ord	Cód.	DISCIPLINAS COMUNS	CH	Crédito		Total
				T	P	
1		Antropologia	60	04	--	04
2		Leitura e Produção Textual	60	04	--	04
3		Metodologia Científica	60	04	--	04
4		Microbiologia e Imunologia	90	04	01	05
5		Biofísica	60	04	--	04
6		Bioestatística	60	04	--	04
7		Língua Inglesa Instrumental	60	04	--	04
8		Parasitologia	60	02	01	03
9		Nutrição	60	04	--	04
10		Terapias Naturais	60	02	01	03
TOTAL GERAL			630	36	03	39

7.4.2 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA: CH 3.360h

Entende-se por Núcleo Específico (NE) o conjunto de conteúdos programáticos que dão especificidade a formação profissional.

Dis. n° 95
 Proc. n° 104858/2016
 45

Ord	Cód.	DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	CH	Crédito		Total
				T	P	
1		Anatomia Humana	120	06	01	07
2		História da Enfermagem	60	04	-	04
3		Sociologia da Saúde	60	04	-	04
4		Citologia e Histologia	90	04	01	05
5		Genética e Embriologia	60	04	-	04
6		Bioquímica	90	04	01	05
7		Saúde Ambiental	60	04	01	05
8		Fisiologia	90	04	01	05
9		Parasitologia	60	02	01	03
10		Patologia	60	04	-	04
11		Psicologia na Saúde	60	04	-	04
12		Bioética e Legislação na Enfermagem	60	04	-	04
13		Farmacologia	90	04	01	05
14		Teorias de Enfermagem	60	04	01	05
15		Bases Técnicas fundamentais da Enfermagem	90	04	01	05
16		Semiologia na Enfermagem	90	04	01	05
17		Enfermagem em Saúde Mental	60	04	-	04
18		Epidemiologia	90	05	-	06
19		Enfermagem em Saúde Coletiva	90	04	01	05
20		Saúde da Saúde da Família	90	04	01	05
21		Educação em Saúde	60	04	-	04
22		Enfermagem do Trabalho	60	04	-	04
23		Infecologia	90	04	-	04
24		Saúde da Mulher	60	02	01	03
25		Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente	90	04	01	05
26		Psiquiatria na Enfermagem	60	02	01	03
27		Saúde Do Adulto e do Idoso	120	06	01	07
28		Administração dos Serviços de Saúde	60	04	-	04
29		Urgências e Emergências	90	04	01	05
30		Perioperatória	120	06	01	07
31		Projeto de Pesquisa em Saúde	60	04	-	04
32		Estágio Supervisionado em Serviços de Saúde de Atenção Primária	450	-	11	11
33		Estágio Supervisionado em Serviços Alta Complexidade	450	-	11	11
34		Monografia	-	-	-	-
35		Atividades complementares	180	-	04	04
TOTAL GERAL			3360	129	38	14

7.4.3 DISCIPLINAS LIVRES- 120h

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS LIVRES (NL)	CH	Crédito		Total
				T	P	
1		Fundamentos de Oncologia	60	2	1	3
2		Infecção Hospitalar	60	2	1	3
3		Língua Brasileira de Sinais	60	2	1	3
4		Suporte Básico e Avançado de Vida	60	2	1	3
5		Leitura e Interpretação de Exames Laboratoriais em Enfermagem	60	2	1	3
6		DST/AIDS	60	2	1	3
7		Assistência Transdisciplinar em Comunidades	60	2	1	3
8		Informática na Saúde	60	2	1	3
9		Ortopedia e Traumatologia	60	2	1	3
10		Geriatria e Gerontologia	60	2	1	3
			600	20	10	30

Entende-se por disciplina optativa aquela criada com o objetivo de complementar, aprofundar ou atualizar conhecimentos ministrados no curso. As disciplinas optativas serão oferecidas a partir do 6º período e contemplarão duas disciplinas. O acadêmico deverá realizar no mínimo duas optativas oferecidas na matriz curricular. Assim, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - constitui componente curricular optativo, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005.

Fls.n° 97
 Proc.n° 104858/1004
 Rubrica: *Asses*

7.5 EMENTÁRIOS

1º PERÍODO

DISCIPLINA ANATOMIA HUMANA	CH 120H
EMENTA Introdução ao estudo da Anatomia Humana com vistas a abordagem dos sistemas músculoesquelético, tegumentar, cardio-respiratório, genito-urinário, digestório, endócrino e sistema Nervoso.	
REFERÊNCIAS DÂNGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. Anatomia humana básica. 2.ed. Rio de Janeiro: Ateneu, 2000. SOBOTTA, Johannes. Atlas de anatomia humana: cabeça, pescoço e extremidade superior. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. V.1, 2006. SOBOTTA, Johannes. Atlas de anatomia humana: tronco, vísceras e extremidade inferior. 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. V.2, 2006. AGUR, Anne M. R; DALLEY, Arthur F; MOORE, Keith L. Anatomia Orientada para a Clínica. 6. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2010. JACOB-FRANCINE-LASSOW. Anatomia e Fisiologia Humana. Rio de Janeiro: 5. Ed. Guanabara Koogan, 1990. KAWAMOTO, Emilia Emi. Anatomia e fisiologia humana. Sao Paulo: EPU, 2003. MOORE, Keith L.. Anatomia orientada para a clinica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.	

Fla.n° 48
Proc.n° 1098/2004
Rubrica

DISCIPLINA ANTROPOLOGIA	CH 60H
EMENTA Antropologia como Ciência. Métodos de Antropologia. Antropologia e Cultura: conceito de homem, raças humanas, culturas e mitos. Diversidades e Etnocentrismo. Antropologia do Brasil: a questão indígena. Sociedades camponesas. Religião. Minorias Étnicas e sociais.	
REFERÊNCIAS COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. JAPIASSU, Hilton. Introdução às ciências humanas. 3. ed. São Paulo: Letras & Letras, 2002. LAPLATINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000. MARCONI, Marina de Andrade ; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. MELLO, L. G. Antropologia Cultural. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001. OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à Sociologia. São Paulo: Ática, 2000. ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. BERGER, Peter L. A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. DIAS, Reinaldo. Fundamentos da Sociologia geral. 2. ed. Campinas: Alinea, 2006.	

Pls.nº 49
Proc.nº 10485/2014
Rubrica Alice 49

DISCIPLINA LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CH 60H
EMENTA Linguagem. Texto e textualidade. Gramática do texto. Critérios para a análise da coerência e da coesão. Intertextualidade. Prática de leitura e produção de textos.	
REFERÊNCIAS CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática das Língua Portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. DILETA, Silveira Martins & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental. 25 ed. São Paulo, 2004. MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2007. AZEREDO, José Carlos de Azeredo. Escrevendo pela nova ortografia. 2 ed. Rio de Janeiro: Houaiss Publifolha. ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES Antonio. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 7ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2004. MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010. NETO, José Ortiz. Redação prática e moderna. São Paulo: Editora Érica, 2001. VIARIO, Mário Eduardo. Por trás das palavras. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora Globo, 2004 Sites: http://www.gramaticaonline.com.br/ ; http://www.gramaticaonline.com.br/duvida/	

Fls.nº 50
Proc.nº 104851/2014
50
Alves

DISCIPLINA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM	CH 60H
EMENTA A evolução histórica e social da prática de enfermagem da origem ao mundo contemporâneo. O período obscuro da enfermagem. O desenvolvimento da enfermagem nas Américas. O advento da enfermagem no Brasil. A história do ensino da enfermagem. A realidade e perspectiva da Enfermagem no Brasil e no Maranhão.	
REFERÊNCIAS GEOVANINI, Telma et al. História da Enfermagem: versões e interpretações. 3º ed. Rio de Janeiro. Revinter, 2010. MCEWEN, Melanie; WILLS, Evelyn M. Bases Teóricas para Enfermagem. 2º Ed. Porto Alegre. Artmed, 2009. PORTO, Fernando; AMORIM Welligton. História da Enfermagem. Brasileira. Lutas, Ritos e Emblemas. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007. LIMA, M. J. de. O que é Enfermagem. São Paulo: Brasiliense, 1994. MURTA, Genilda Ferreira et al. Saberes e Práticas. Guia para ensino e aprendizado de Enfermagem. 6ªEd. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, Vol 2, 2010. (série curso de enfermagem) RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. História da enfermagem e sua relação com a saúde pública. 1ºed.Goiânia: AB Editora. 1999.	

Fila.nº 54
Proc.nº 104 851/2014
Rubrica 51

DISCIPLINA METODOLOGIA CIENTÍFICA	CH 60H
EMENTA Enfatizar o caráter científico da produção acadêmica, documental ou verbal. Mostrar a necessidade e o rigor da Pesquisa metódica e sistemática como dimensão básica e essencial na elaboração de Trabalhos Científicos na área da Enfermagem. Enfocar as características essenciais das ciências e de outras formas de conhecimento evidenciando o planejamento a leitura e a elaboração de trabalhos acadêmicos.	
REFERÊNCIAS ENFERMAGEM CESC/UEMAUEMA. Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Artigo e Monografia).2013 HADDAD, Nagib. Metodologia de estudos em Ciências da Saúde: como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Roca, 2004. LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Metodologia do Trabalho Científico. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2002. ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª Ed. ATLAS. São Paulo, 2002. LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ªed. São Paulo: Atlas,2007. LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Técnicas de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 2002. SEVERINO,	

Fls.nº 52
 Proc.nº 104858/52
 Rubrica: P8700

DISCIPLINA CITOLOGIA e HISTOLOGIA	CH 90H
EMENTA Estudo das células, aspectos estruturais e funcionais. Estudo histológico das células, tecidos, sistemas do organismo humano. Histopatologia dos tecidos, sistema hematopoiético e orgânico.	
REFERÊNCIAS DI FIORE, Mariano S. H. Atlas de Histologia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. GEORGE, Luiz Ludovico; ALVES, Carlos Elvas Rodrigues; CASTRO, Rodrigo Roque Lesqueves de. Histologia comparada. 2.ed. Sao Paulo: Roca, 1998 JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Histologia básica. 11ª ed., Rio de Janeiro:Guanabara Koogan,2008 YOUNG, Barbara.; HEATH, John W. Histologia Funcional. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2001. ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. DE ROBERTIS, E.; DE ROBERTIS, E.M. Bases da biologia celular e molecular. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan , 2006. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 8.ed., Rio de Janeiro: GuanabaraKoogan, 2005. ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN. K.; JOHNSON. A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da Biologia Celular. 2. ed. Porto Alegre: editora: Artmed, 2006.. MAILLET. M. Biologia Celular. 8. ed. São Paulo SP: Santos, 2003. ZAHA, A. Biologia Molecular Básica. 3 ed.Porto Alegre.2003..	

Fls.n° 53
 Proc.n° 104852/2014
 53
 Subscrição

2º PERÍODO

DISCIPLINA SOCIOLOGIA DA SAÚDE	CH 60H
EMENTA <p>Sociologia e Filosofia. Estrutura social: questão social, trabalho, produção capitalista, classes sociais e família. Relações políticas: Estado, organização da assistência à saúde. Relações ideológicas: padrões sócio-culturais, ideologia. Abordagem analítica e crítica do sistema de Saúde em seu contexto econômico, político e social.</p>	
REFERÊNCIAS <p>COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. JAPIASSU, Hilton. Introdução às ciências humanas. 3. ed. São Paulo: Letras & Letras, 2002. OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. Introdução à Sociologia. São Paulo: Ática, 2000. Complementar ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. BERGER, Peter L. A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. DIAS, Reinaldo. Fundamentos da Sociologia geral. 2. ed. Campinas: Alinea, 2006.</p>	

54
 Proc. n.º 1048/58/2019
 Rubrica: 1825 54

DISCIPLINA GENÉTICA e EMBRIOLOGIA	CH 60H
EMENTA Divisão Celular. Genética mendeliana. Tipos de Herança Mendeliana. Aplicações dos princípios de Mendel. Erros Inatos do Metabolismo. Terapia gênica. Aberrações Cromossômicas. Genética do Câncer. Aparelho reprodutor humano. Gametogênese, fecundação, desenvolvimento embrionário, diferenciação e organogênese. Estudo do desenvolvimento embrionário dos sistemas que compõem o organismo humano. Má formação congênita.	
REFERÊNCIAS GARCIA, S. M. L e FERNANDES CG. Embriologia 2ª Ed. Porto Alegre Artmed. 2001. MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N. Embriologia Básica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. SADLER, T. W. Langman Embriologia Humana. 9ed. RJ Guanabara Koogan 2005. Complementar MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N. Embriologia Clínica. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. WOLPERT, Lewis. Principios de biologia do desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2000. ETIENNE, Jacqueline. Bioquímica genética e biologia molecular. Sao Paulo: Santos, 2003. GRIFFITHS, A.S. Introdução à Genética. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. THOMPSON, J.S. & THOMPSON, N.W. Genética Médica. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. BORGES-OSÓRIO, M.R; ROBINSON, W.M. Genética Humana. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. GALEHRTER, T.D; COLLINS, F.S. Fundamentos de Genética Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992. STRACHAN, J.; READ, A.P. Genética Molecular Humana. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. MOTTA, P.A. Genética Humana: aplicada a psicologia e toda a área biomédica. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2005. PIEDEMONTE DE LIMA, C. Genética Humana. 3 ed. São Paulo: Harpra, 1996.	

DISCIPLINA FISIOLOGIA	CH 90
EMENTA Introdução ao estudo da Fisiologia. Homeostasia e mecanismos homeostáticos. Transporte e Potências transmembrana celular; transmissão sináptica. Transmissão neuromuscular e contração muscular. Funções sensitivas e motoras. Fisiologia do sistema nervoso, dos órgãos dos sentidos, do sistema cardiovascular, sistema respiratório, sistema digestório e renal. Fisiologia do sistema endócrino. Fisiologia da reprodução	
REFERÊNCIAS GUYTON, A.C. Tratado de fisiologia médica. 11º. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. KAWAMOTO, Emilia Emi. Anatomia e Fisiologia Humana. 2º ed. São Paulo. EPU, 2003. JACOB-FRANCINE-LASSOW. Anatomia e Fisiologia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1990. BERNE & LEVI. Fisiologia. 4º Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. FARINATTI, Paulo de Tarso V.. Fisiologia e avaliação funcional. Rio de Janeiro: Sprint, 2000. HALL, John E.. Tratado de fisiologia medica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. OLIVEIRA, Norival Santolin de. Anatomia e fisiologia humana. Goiania: AB, 2002. ROMERO, Sonia Maria Brazil. Fundamentos de neurofisiologia comparada: da recepção a integração. Ribeirao Preto, SP: Holos, 2000. TORTORA, Gerard J.. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2000..	

Fila nº 56
Proc. nº 104858/2011
Rubrica 6803 56

DISCIPLINA BIOQUÍMICA GERAL	CH 90H
EMENTA Estudo do metabolismo humano e suas inter-relações, processos químicos e celulares, analisando a caracterização dos elementos da bioquímica dos tecidos nervosos, musculares e endócrinos..	
REFERÊNCIAS LEHNINGER, Albert Lester. Princípios de bioquímica. 3ª ed. São Paulo: Savier, 2006. MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo. Bioquímica básica. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2007. SACKHEIM, George I. LEHMAN. Dennis D. Química e bioquímica para ciências biomédicas .8ª ed. Barueri: Manole, 2001. BERG, Jeremy M.. Bioquímica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. CAMPBELL, M.K. Bioquímica. 3ª ed. Editora Saunders College Pub, Rio de Janeiro, 2000. CHAMPE, Pámela. C; HARVERY, Richard A. Bioquímica ilustrada. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. PRATT, Charlotte W.. Bioquímica essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. RIEGEL, Romeo Ernesto. Bioquímica. Sao Leopoldo: Unisinos, 2001.	

Pls.n° 57
 Proc.n° 104858/2014
 Rubrica 57

DISCIPLINA BIOFÍSICA	CH 90H
EMENTA Medidas em Ciências Biológicas, PH e tampões. Biofísica de membranas: filtração, diálise e transporte. Bioeletrogênese. Efeitos biológicos das radiações ionizantes e não ionizantes. Biofísica dos sistemas.	
REFERÊNCIAS BISCUOLA, G. J.; MAIALI, A. C.: Física – volume único: mecânica, termologia, ondulatória, óptica e eletricidade. 3ed. – São Paulo: Saraiva, 2002. DURAN, José Enrique Rodas. Biofísica: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice-Hall, 2003. HENEINE, I. F. Biofísica Básica. 1. ed., São Paulo: Atheneu, 2003. COMPRI, Mariane. Praticas de laboratorio de bioquimica e biofísica: uma visao integrada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.	

DISCIPLINA BIOESTATÍSTICA	CH 60H
EMENTA Introdução a Bioestatística e sua natureza. Comparação de dados em tabelas e construção gráfica. Estabelecimentos de relações entre medidas de tendência central, medidas separatrizes e medidas de dispersão. Comparação e interpretação entre dispersão relativa e dispersão absoluta. Estudo de probabilidade. Análise entre distribuição binominal e normal e aplicação de testes de hipóteses	
REFERÊNCIAS CALLEGARI, Sidia M. Bioestatística – Principios e Aplicações. Ed. Artmed, Porto Alegre, 2008. JEKEL, James F. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2ª ed, Porto Alegre, Artmed – 2005. MOORE, David S. e MCCABE, George P. Introdução à Prática da Estatística. 3ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2002. COSTA, Sergio Francisco. Introdução ilustrada a estatística. Sao Paulo: Harbra, 2005.	

Plan.º 58
Proc.º 104858/2014
Subm.º 68/2014 58

3º PERÍODO

SEMILOGIA NA ENFERMAGEM	CH 90H
EMENTA Subsídios teóricos e práticos ao exame físico e mental da criança, adolescente, adulto e idoso. Análise de sinais e sintomas dos órgãos e sistemas em situação normal e patológica.	
REFERÊNCIAS GALANTE, Fátima Ap. B. Alves; COSTA, Mª Teresinha Ferreira; ROSA, Solange Cristina Denzin. Procedimentos Básicos em Enfermagem. 4ª Ed. Campinas: Ed. Komechi, 2010. POSSO, Maria B. S. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2003 SWEARINGEN, Pamela L.; HOWARD, Cheri A. Atlas Fotográfico de Procedimentos de Enfermagem. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. MURTA, Genilda Ferreira et al. Saberes e Práticas. Guia para ensino e aprendizado de Enfermagem. 6ª Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010. (série curso de enfermagem) Volume 2 . KOCH, Rosi M.. Técnicas básicas de enfermagem. Curitiba: Sécuro XXI, 2004. POTTER, Patricia A. PERRY, Anne G. Grande Tratado de Enfermagem Prática. São Paulo. Editora Santos, 3ª edição, 1998. RAMOS JR., José. Semiotécnica da Observação Clínica: fisiopatologia dos sintomas e sinais. São Paulo: Sarvier, 1998. SCOPEL V. M. P., RODRIGUES, R. Mª. Técnica e Prática de Enfermagem. Robe Editorial, São Paulo. 2001.	

Plan.º 59
Proc.º 109858/2014
59
Rubrica

TEORIAS DE ENFERMAGEM	CH 60H
EMENTA Filosofia e ciência de Enfermagem. As principais teorias de Enfermagem e sua aplicabilidade. Metodologia da Assistência de Enfermagem: modelos e da metodologia assistencial adotada pelo curso	
REFERÊNCIAS GEOVANINI, Telma et al. História da Enfermagem: versões e interpretações. 3º ed. Rio de Janeiro. Revinter, 2010. MCEWEN, Melanie; WILLS, Evelyn M. Bases Teóricas para Enfermagem. 2º Ed. Porto Alegre. Artmed, 2009. PORTO, Fernando; AMORIM Wellington. História da Enfermagem. Brasileira. Lutas, Ritos e Emblemas. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007. GEORGE, J.B. Teorias de Enfermagem: os fundamentos para a prática profissional. 4ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2000. HORTA, Wanda Aguiar. Processo de Enfermagem. São Paulo: EPU, 1979...	

Plano: 60
Prod. n.º 104858/2011
Rubrica: 60

DISCIPLINA SAÚDE AMBIENTAL	CH 60H
EMENTA Ecologia e Saúde. Relação entre o homem e o meio ambiente. Legislação Ambiental. Resíduos Sólidos, Vetores e Zoonoses. Sistemas alternativos de soluções em saneamento. Resíduos hospitalares e impacto ambiental. Saúde urbana: fatores de risco individuais e coletivos. Visita técnica para investigação das condições de saneamento ambiental da cidade.	
REFERÊNCIAS ROCHA A.A.; CESAR C.L.G. Saúde pública. São Paulo SP: Atheneu, 2005. PEDRINI, Alexandre Gusmao. Educação ambiental: reflexoes e praticas contemporaneas. Petropolis: Vozes, 2008. FIGUEIREDO, N.M.A Ensinando a Cuidar em Saúde Pública. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora 2005. BERNA, Vilmar. Como fazer educação ambiental: principios e praticas. Sao Paulo: Paulus, 2001. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: principios e praticas. Sao Paulo: Gaia, 2004. MANO, Eloisa Biasotto. Meio ambiente, poluição e reciclagem. São Paulo: Edgar Blucher, 2010. MEDINA, Nana Mininni. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petropolis, RJ: Vozes, 2008. MONTEIRO, C.A. (Org). Velhos e novos males da saúde no Brasil – A evolução do país e de suasdoenças. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2000.	

Disc. n.º 64
 Proc. n.º 109851/2019
 Rubrica *História* 61

DISCIPLINA MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA	CH 90H
EMENTA Morfologia bacteriana. Reprodução e crescimento bacteriano. Nutrição bacteriana. Ecologia bacteriana. Virologia. Micologia. Infecção. Assepsia. Anti-sepsia, esterilização e desinfecção. Imunologia. Organização do sistema imune. Antígeno e anticorpo. Injúria imunológica. Hipersensibilidade imediata e retardada. Imunoprofilaxia e imunoterapia.	
REFERÊNCIAS TRABULSI, L. R. e Cols. Microbiologia. 5ª ed. São Paulo. Atheneu.2008 BLACK, Jacquelyn G. Microbiologia Fundamento e Perspectivas / trad. Eiler Fritsch Toros. Ed. JEWETZ, E. e Cols. Microbiologia Médica. 2002. Ed. Guanabara –Koogan. 22ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro – RJ, 2002. MURRAY, Microbiologia Médica.Ed. Guanabara –Koogan 4ª ed. Rio de Janeiro-RJ, 2009. ABBAS, A; LINCHTMAN, A. H; PILLAI, S. Imunologia Celular e Molecular. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. ROITT, I.; BROSTOFF, J.; MALE, D. Imunologia . 6. ed. São Paulo: Manole, 2003. DIAS DA SILVA, W.; MOTA, I. Bier Imunologia Básica e Aplicada. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara- Koogan, 2003. ANTUNES, LUCUR. Imunologia Geral. 1 ed. Rio de Janeiro: Atheneu,1999. JANEWAY, Charles A. Imunobiologia: o sistema imune na saúde e na doença, Porto Alegre: Artes Médicas, 5 ed. 2002. PARSLOW, T. G. et AL. Imunologia Médica. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. STITES, Daniel P.. Imunologia medica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. VERONSI, R; FOCCACIA, R. Tratato de Infectologia. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2009...	

Plan. n° 62
 Proc. n° 104858/2014
 Rubrica D. 1003 62

DISCIPLINA	CH
BASES TÉCNICAS FUNDAMENTAIS DE ENFERMAGEM	90H
Assistência de enfermagem às necessidades do cliente com relação à: manutenção das funções reguladoras. Manutenção da integridade corporal, alimentação e hidratação. Terapêutica das eliminações; oxigenação, abrigo; cuidado corporal; conforto físico, sono e repouso.	
REFERÊNCIAS	
<p>GALANTE, Fátima Ap. B. Alves; COSTA, Mª Teresinha Ferreira; ROSA, Solange Cristina Denzin. Procedimentos Básicos em Enfermagem. 4ª Ed. Campinas: Ed. Komechi, 2010.</p> <p>POSSO, Maria B. S. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2003</p> <p>SWEARINGEN, Pamela L.; HOWARD, Cheri A. Atlas Fotográfico de Procedimentos de Enfermagem. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>MURTA, Genilda Ferreira et al. Saberes e Práticas. Guia para ensino e aprendizado de Enfermagem. 6ª Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010. (série curso de enfermagem) Volume 2 .</p> <p>KOCH, Rosi M.. Técnicas básicas de enfermagem. Curitiba: Sécuro XXI, 2004.</p> <p>POTTER, Patricia A. PERRY, Anne G. Grande Tratado de Enfermagem Prática. São Paulo. Editora Santos, 3ª edição, 1998.</p> <p>RAMOS JR., José. Semiotécnica da Observação Clínica: fisiopatologia dos sintomas e sinais. São Paulo: Sarvier, 1998.</p> <p>SCOPEL, V. M. P., RODRIGUES, R. Mª. Técnica e Prática de Enfermagem. Robe Editorial, São Paulo. 2001.</p>	

63
104858/2014
10/05/2014

63

4º PERÍODO

DISCIPLINA PARASITOLOGIA	CH 60H
EMENTA Estudo dos principais parasitas de interesse em patologia humana. Protozoários helmintos de interesse médico e suas relações com o homem e o ambiente. Estudo da morfologia, biologia e profilaxia das principais espécies de artrópodes e moluscos de importância epidemiológica regional. Técnicas básicas empregadas para diagnóstico parasitológico em laboratórios	
REFERÊNCIAS CIMERMAN, Benjamin Parasitologia Humana e seus Fundamentos Gerais. São Paulo: Atheneu, 2005. NEVES, David. Pereira. Parasitologia humana. 11. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005. MORAES, Ruy Gomes de. Parasitologia e micologia humana. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. REY, Luis, Bases da Parasitologia Médica, Ed. Guanabara Koogan 2ª ed Rio de Janeiro, 2002	

Folha 09
104158/20164
L.S. Silva

DISCIPLINA PSICOLOGIA NA SAÚDE	CH 60H
EMENTA Introdução ao estudo da psicologia. Conceito, objeto e divisão da psicologia.. Comportamento humano. Teorias de desenvolvimento. O ser humano e a formação da personalidade. Psicologia na saúde. Relações interpessoais, interação enfermeiro – cliente - família. As alterações comportamentais frente à saúde e o adoecer.	
REFERÊNCIAS BARROS, Celia Silva Guimaraes. Pontos de psicologia do desenvolvimento. Sao Paulo: Atica, 2000. FARAH, O. G. F; SÁ A. C. Psicologia aplicada à enfermagem. Série enfermagem. São Paulo: Manole. 2008. KNOBEL, Elias. Psicologia e humanização: assistencia aos pacientes graves. Sao Paulo: Atheneu, 2008. ANGERAMI, Valdemar Augusto. Tendencias em psicologia hospitalar. Sao Paulo: Cengage, 2009. LIPP, M. E. N. O stress está dentro de você. São Paulo: Contexto. 2007. BRAGHIROLI, Elaine Maria. Psicologia geral. Petropolis: Vozes, 2005. CAIXETA, Marcelo. Psicologia medica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. TOURETTE, Catherine. Introdução	

Fls.nº 65
Proc.nº 109858/2014
Rubricas: 65
Ribeiro

DISCIPLINA BIOÉTICA E LEGISLAÇÃO NA ENFERMAGEM	CH 60H
EMENTA Ética, legislação e o exercício profissional. Código de Ética de Enfermagem. Bioética e o ser humano no processo saúde doença. Discussão de temas de implicações éticas.	
REFERÊNCIAS DINIZ, Débora e GUILHERME, Dirce. O que é Bioética. São Paulo: Brasiliense, 2005 FONTINELE JUNIOR, k. Ética e Biótica em Enfermagem. Goiânia: AB Editora, 2003. AZEVEDO, Marco Antonio de Oliveira. Bioética Fundamental. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002. SGRECCIA, Hélio. Manual de Bioética: Fundamentos e Ética Biomédica. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002. BERLINGUER, Giovanni. Bioética cotidiana. Brasília: UNB, 2004. MURTA, Genilda Ferreira et al. Saberes e Práticas. Guia para ensino e aprendizado de Enfermagem. 6ª Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010. (série curso de enfermagem) Volume 4. MOOSER, Antonio. Bioética: do consenso ao bom senso. Petrópolis: Vozes, 2006. VIEIRA, Tereza Rodrigues. Bioética nas Profissões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Site: www.portalcofen.com.br	

Fisart 66
Proc. nº 104158/2014
Rubrica 1.8.8.1

DISCIPLINA SAÚDE COLETIVA	CH 90H
EMENTA Políticas de Saúde no Brasil e os Modelos Assistenciais. A Saúde sob o enfoque cultural, socioeconômico e político. A evolução e o campo da saúde coletiva na organização da atenção a saúde. Os programas de saúde oferecidos à população. Estratégias de promoção da saúde. Problemas de saúde individuais e coletivos processo de determinação social da doença e as necessidades básicas da população nos serviços de atenção primaria. Sistematização da Assistência de Enfermagem em Saúde Coletiva. O enfermeiro como educador em saúde: educação política e o processo de mudança social.	
REFERÊNCIAS FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida de et al.: Ensinando a cuidar em saúde pública. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005. MURTA, G.F. e org. Saberes e práticas: guia para o ensino e aprendizado em enfermagem. 6ª Ed, volume 4. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010. ROCHA, Aristides Almeida. Saúde Pública Bases Conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008. BRASIL. Ministério da Saúde. Atualização para atenção básica: diabetes melitus e hipertensão arterial - casos clínicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. BRASIL. Guia de Vigilância Epidemiológica. 5ª ed. Vol I e II. Fundação Nacional de Saúde. Brasília, 2002. COHN, Amelia. Saúde no Brasil: políticas e organização de serviços. São Paulo: Cortez, 2003. SOUZA, M.H.S.; SCILIAR, M.; PAMPLONA, M.A.; RIOS, M.A.T. Saúde Pública: História, Políticas e Revoltas. São Paulo: Scipione, 2002. LIMA, O.S.C. Leitura e Interpretação de exames em enfermagem. 3ª Ed. Gioania: AB Editora, 2008. Site: Manuais do Ministério da Saúde - adquirido em biblioteca virtual disponível em: www.saude.gov.br/editora/produtos/livros .	

Flon.º 67
Prac.º 10-18-25/2014
Data: 18/05/2014

DISCIPLINA SAÚDE DA FAMÍLIA	CH 90H
EMENTA Revalorização e objetivo da atenção básica. Funcionamento das unidades da ESF: Atribuições, implantação, diretrizes, estudos dos subprogramas e fontes de orçamento. Legislação de apoio. Sistemas de informações. Capacitação das equipes. Diagnóstico de área. Planejamento e avaliação das ações. Visita domiciliar na ESF e aspectos éticos legais. Prontuário da família.	
REFERÊNCIAS WRIGHT, L.M.; LEAHEY, M. Enfermeiras e família – um guia para a avaliação e intervenção na família . São Paulo, Roca, 2002. Mc GOLDRICK, M. GERSON, R. As mudanças no ciclo de vida familiar . OSORIO, L.C. Família hoje . Porto Alegre, Artes Médicas, 1996. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Enfermagem – PSF . Brasília 2001. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do programa de Saúde da Família . 2001. BROUGET, Monique M.M. Programa de Saúde da Família: Manual do curso . BROUGET, Monique M.M. Programa de Saúde da Família: Guia para o planejamento local . Coleção o cotidiano do PSF. Martinari. Florianópolis-SC. 200	

Disciplina: 68
Carga Horária: 104 h/sem/19
Assessoria: H.F. Soares

DISCIPLINA EDUCAÇÃO E SAÚDE	CH 60H
EMENTA A ação pedagógica na área de saúde: análise de concepções sócio educacionais. Formas de planejar, avaliar e executar atividades em ambientes sociais. Educação em saúde, promoção da saúde, informação e comunicação. Trabalho coletivo em saúde, educação popular e método participativo. Técnicas e recursos utilizados pela educação em saúde. Práticas de intervenção nas comunidades.	
REFERÊNCIAS ARRUDA, E.N; Gonçalves, L.H.T. A Enfermagem e a Arte de Cuidar . Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. BAGNATO, M.H.S. ; COCCO, M.I.M. ; DE SORDI, M.R.L. Educação Saúde e Trabalho: Antigos Problemas, novos contextos, outros olhares . Campinas, SP: Alinea, 1985. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de Enfermagem/ Instituto para o Desenvolvimento da Saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2001. COHN, A.; NUNES, E.; JACOBI, P.; KARSCH, U.S.; A Saúde como Direito e como Serviço . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.. EYMARD, M.V. Educação Popular e a Atenção à Saúde da família . São Paulo: Hucitec, 1999. EYMARD, M.V. A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexos da Rede de Educação Popular e Saúde . São Paulo. Hucite, 2001. MUNARI, D.B.; RODRIGUE, A.R.F.; Enfermagem e Grupos . Goiânia: AB, 1997. WERNER, D.; BOWWER, B. Aprendendo e Ensinando a Cuidar da Saúde . São Paulo: Paulinas, 1997.	

Fla. nº 69
 Proc. nº 104/58/2009
 Rubrica 80

7º PERÍODO

DISCIPLINA SAÚDE DA MULHER	CH 60H
EMENTA Condição feminina e categoria de gênero. Estudo dos subprogramas de Planejamento Familiar, controle do câncer ginecológico, Doenças Sexualmente Transmissíveis e climatério oferecido pela Rede Básica de Saúde. Assistência de enfermagem á mulher no contexto biopsicossocial. Mortalidade e morbidade da mulher.	
REFERÊNCIAS BEREK, Jonathan S. BereK e Novak Tratado de Ginecologia. 14º ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2008. CARVALHO, Geraldo Mota. Enfermagem em Ginecologia. 1ªed. rev. e ampl. São Paulo: ed. EPU, 2004. FREITAS, Fernando et al. Rotinas em Ginecologia. 6º ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. BRANDEN, Pennie Sesler. Enfermagem Materno-infantil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000. CARVALHO, Marcos Renato; TAMEZ, Raque N. AMAMENTAÇÃO: bases científicas pra a prática profissional. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2002. KATHRYN A. Melson [et al] Enfermagem Materno Infantil Plano de Cuidados. [tradução da 3ªedição original] de Carlos Henrique Cosendy; revisão técnica de Maria Isabel Sampaio Carmagnoni. Rio de Janeiro. Reichmann & Affonso. 2002. LOWDERMILK, Deita Leonerd; PERRY, Shannon E.; BOBAK Irene M. et al. O cuidado em enfermagem Materna. 5ª ed. 2002.	

Fis.nº 70

Proc.nº 104858/2011

81

Rubrica H. Kelly

<p>DISCIPLINA URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS</p>	<p>CH 90H</p>
<p>EMENTA</p> <p>Estrutura e funcionamento de unidades destinadas ao tratamento de urgência e emergência. Assistência de enfermagem ao paciente com comprometimento das funções vitais: Respiração, circulação, eliminação, locomoção e hidratação. Unidade de Terapia Intensiva.</p>	
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>KNOBEL, Elias. Condutas no paciente grave. Vol.1.Sao Paulo: Atheneu, 2006.</p> <p>HIGA, Elisa M. S., ATALLAH, Álvaro N. e colaboradores. Guia de Medicina de Urgência. 2ª Ed. Editora Unifesp-EPM. Baureri, SP: Monole, 2008.</p> <p>TALBOT, Laura. Avaliação em cuidados críticos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001</p> <p>BARBIERE, Renato L. S.O.S. Cuidados emergenciais. Editora Rideel. 1ª Edição, São Paulo, 2002</p> <p>FIGUEIREDO, Nebia Maria Almeida de. Enfermagem: cuidando em emergência. Sao Paulo: Yendis, 2006.</p> <p>INTERPRETAÇÃO do ECG Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>RATTON, Jose Luiz de Amorim. Ratton, emergencias medicas e terapia intensiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>Guia de medicina de urgencia. Sao Paulo: Manole, 2008.</p> <p>ZIPES, Douglas P.. Braunwald tratado de doenças cardiovasculares v.2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>ZIPES, Douglas P.. Braunwald tratado de doenças cardiovasculares v.1. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p>	

Fol. nº 71
Processo nº 104858/2004
Rubrica: [assinatura]

DISCIPLINA ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CH 90H
EMENTA Assistência de Enfermagem ao recém-nascido. Mortalidade e morbidade do recém-nascido. O recém-nascido normal e de termo. Crescimento e Desenvolvimento da criança. O primeiro ano de vida. A idade pré – escolar e a idade escolar. A Enfermagem e os diferentes níveis de assistência à saúde da criança. Prevenção de acidentes na infância. Doenças prevalentes da Infância. Aspectos éticos no cuidar da criança.	
REFERÊNCIAS CARVALHO, Marcos Renato; Tamez, Raque N. AMAMENTAÇÃO: bases científicas para a prática profissional. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan 2002. COLLET, Neuza; OLIVEIRA, Beatriz Rosana G. Manual de Enfermagem Pediátrica. Goiânia. AB Editora. 2002. GAIVA, Maria Aparecida Munhoz; GOMES, Maria Magda Ferreira. Cuidando do Neonato: uma abordagem de enfermagem. Goiânia. AB Editora. 2003. MELSON, Kathryn, et al. Enfermagem Materno Infantil: Planos de Cuidados. 3.ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002. BRANDEN, P.S. Enfermagem Materno-infantil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Reicheman & Affonso Editores. 2000. COLLET, Neusa; ROCHA, Semíramis M.M transformações no ensino das técnicas em enfermagem pediátrica. 2 º edição. Goiânia. AB Editora, 2001. ENGEL, Joyce. Avaliação em Pediatria. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002. KAWAMOTO, Emilia, Emi; FLORIO, Arlete; SOUZA, Ana Lucia Teles de Moura. O neonato, a criança e o Adolescente. São Paulo. EPU. 2001. RODRIGUES, Maria de Fátima; MIRANDA, Silvana de Moraes. A Estimulação da Criança Especial em Casa: entenda o que acontece no Sistema Nervoso da Criança Deficiente e como Você pode atuar sobre Ele. São Paulo. Athene. 2001.	

Fls.n° 72
Proc.n° 104858/2014
Rubrica [assinatura]

DISCIPLINA ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	CH 60H
EMENTA A evolução do pensamento administrativo; teorias e funções da Administração. Modelos organizacionais das instituições de saúde e dos serviços de enfermagem. O enfermeiro e a administração da assistência de enfermagem. Liderança. Comunicação.	
REFERÊNCIA CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. MARQUIS, Bessie & HUSTON, Carol. Administração e Liderança em enfermagem: teoria e aplicação. 4ª edição. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus. 2003. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 5ª edição. Editora Atlas S.A São Paulo. 2006. LONDONÔ, Malagon; MOREIRA, Galan; LAVERDE, Ponton. Administração Hospitalar. 2ª ed. Rio de Janeiro: uanabara Koogan, 2003. FONTINELE JUNIOR, K. Administração Hospitalar, Goiânia; AB editora, 2002. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução a administração. Sao Paulo: Atlas, 2007. MOTTA, Ana . Auditoria de enfermagem nos hospitais e operadoras de planos de saúde. 1ª edição. Ed. Iátria. São Paulo. 2003.	

8º PERÍODO



DISCIPLINA SAÚDE DO ADULTO E IDOSO	CH 120H
EMENTA	
<p>Assistência de enfermagem na higiene, conforto e mecânica corporal do cliente. Assistência de Enfermagem nas alterações orgânicas. Assistência de enfermagem na terapêutica, na oxigenação, na nutrição, na hidratação, na regulação cardiovascular, na regulação hormonal, nas eliminações fisiológicas do cliente. Assistência de enfermagem sistematizada a clientes internados em unidades de clínica médica. Assistência de Enfermagem a pacientes com afecções agudas e crônicas de média e alta complexidade. Características do envelhecimento humano. O idoso e a sociedade. O cliente idoso e o processo saúde-doença. Promoção, prevenção, recuperação e reabilitação de problemas comuns na terceira idade. Saúde mental do idoso.</p>	
REFERÊNCIAS	
<p>BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico-cirúrgica. 9ª ed. Vol 1,2,3. Editora Interamericana. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>FISCHBACH, Francês. Manual de Enfermagem. Exames Laboratoriais para Diagnóstico. 6ª Edição. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, João Batista. Exames Laboratoriais para o Clínico. MEDSI. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de Enfermagem da Nanda - Definições e Classificação 2009/2011. Editora Artmed.</p> <p>ASS, Nort Americ Nursing Diag. Diagnóstico de Enfermagem da NANDA: Definição e Classificação 2007-2008. Editora: Artmed, 2008.</p> <p>DOENGES, Marilyn E et al. Planos de Cuidados de Enfermagem. Orientações para o cuidado individualizado do paciente. 5ª Edição, Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>MARIA, Vera Lucia Regina. Exame clínico de enfermagem do adulto: focos de atenção psicobiológicos como subsídios para diagnósticos de enfermagem. São Paulo: Iatria, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Raimundo A. G. Hemograma: Como fazer e Interpretar. Editora Livraria médica Paulista, São Paulo 2007. ROACH, Sally.</p>	

Disc.º 74
Process.º 104858/2014
Relatório 66

DISCIPLINA FARMACOLOGIA	CH 90H
EMENTA Introdução à Farmacologia. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Farmacologia dos Sistemas. Interação Medicamentosa. Farmacologia clínica. Quimioterapia	
REFERÊNCIAS RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. Farmacologia. 6ºed. Rio de Janeiro: Koogan, 2007. KOROLKOVAS, Andrejus. Dicionário Terapêutico Guanabara. Rio de Janeiro: Koogan, 2006. ASPERHEIM, Mary Kaye. Farmacologia para Enfermagem. 9ª edição. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2003. FONSECA, Almir Lourenço. Interações Medicamentosas. 3ºed. Rio de Janeiro: EPUB, 2000. KATZUNG, Bertram G.. Farmacologia: básica e clínica. Porto Alegre: Mc Graw Hill; Artmed, 2010. KOCH, Rosi Maria et al. Técnicas Básicas de Enfermagem. 20ªed. Curitiba: Florence, 2004. REY, Luis. Dicionário de Termos Técnicos de Medicina e Saúde. Rio de Janeiro: Koogan, 2003.	

Flavio 75
10485/2014 67

DISCIPLINA	CH
BASES TECNICAS APLICADAS NA ENFERMAGEM	90H
EMENTA	
Procedimentos e técnicas básicas de enfermagem. Medidas de controle de infecção. Enfermagem na assistência das necessidades fisiológicas, psicossociais e espirituais. Assistência de Enfermagem a pacientes graves e terminais. Cuidados com o corpo pós-morte	
REFERÊNCIAS	
GALANTE, Fátima Ap. B. Alves; COSTA, M ^a Teresinha Ferreira; ROSA, Solange Cristina Denzin. Procedimentos Básicos em Enfermagem. 4 ^a Ed. Campinas: Ed. Komechi, 2010.	
POSSO, Maria B. S. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2003	
SWEARINGEN, Pamela L.; HOWARD, Cheri A. Atlas Fotográfico de Procedimentos de Enfermagem. 3 ^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.	
MURTA, Genilda Ferreira et al. Saberes e Práticas. Guia para ensino e aprendizado de Enfermagem. 6 ^a Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010. (série curso de enfermagem) Volume 2 .	
KOCH, Rosi M.. Tecnicas básicas de enfermagem. Curitiba: Séclo XXI, 2004.	
POTTER, Patricia A. PERRY, Anne G. Grande Tratado de Enfermagem Pratica. São Paulo. Editora Santos, 3 ^a edição, 1998.	
RAMOS JR., José. Semiotécnica da Observação Clínica: fisiopatologia dos sintomas e sinais. São Paulo: Sarvier, 1998.	
SCOPEL. V. M. P., RODRIGUES, R. M ^a . Técnica e Prática de Enfermagem. Róbe Editorial, São Paulo. 2001...	

Fls.n° 26

Proc.n° 10.4858/2014

68

DISCIPLINA PATOLOGIA	CH 60H
EMENTA Terminologias. Causas de lesões celulares e de doenças. Processos patológicos infiltrativos e degenerativos. Necros e morte somática. Alterações circulatórias. Edemas. Fisiopatologia do choque. Inflamação.	
REFERÊNCIAS ABBAS, A.K.; KUMAR, V.; FAUSTO, N.; MITCHELL, R.N. Robbins Patologia Básica 8a ed. São Paulo: Elsevier, 2008. BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo - Patologia Geral. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. KUMAR, V., FAUSTO, N. Robbins e Cotran - Patologia - Bases Patológicas. 8ed. São Paulo: Elsevier, 2010. ANTCZAK, S. E.; BERGER, N.; CONROY, W. T. et al. Fisiopatologia Básica. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005. BRUM, A. K. R. Fisiopatologia Básica Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. CANGUILHEM, George. O normal e o patológico. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2010. GOLDMAN, L.; AUSIELLO, D. Cecil . Tratado de Medicina Interna. 22ed. São Paulo: Elsevier, 2 vol. 2009.MONTENEGRO, M.R; FRANCO, M. Patologia: Processos Gerais. 4ed. São Paulo: Atheneu, 2003. ..	

5º PERÍODO

Matr. n° 27
Discipl. n° 10485/104
Professor P. S. C.

DISCIPLINA LÍNGUA INGLÊSA INSTRUMENTAL	CH 60H
EMENTA Estratégias de leitura. Estudo de estruturas básicas da língua inglesa. Compreensão de textos preferencialmente na área da saúde.	
REFERÊNCIAS WITTE, R. E. <i>Business english: a practical approach</i> . São Paulo: Saraiva, 2003. MUNHOZ, R. <i>Inglês instrumental: estratégias de leitura – módulo I</i> . São Paulo: Textonovo, 2000. MUNHOZ, R. <i>Inglês instrumental: estratégias de leitura – módulo II</i> . São Paulo: Textonovo, 2000	

Pls. nº 78
Data: 10/18/2004
Assinatura: [assinatura]

DISCIPLINA NUTRIÇÃO	CH 60H
EMENTA Considerações gerais sobre nutrição, nutrientes e energéticos. Vitaminas e sais minerais. Grupos de alimentos. Nutrição em adultos, gestantes nutrizes. Nutrição em lactentes, crianças, adolescentes e idosos. Obesidade. Má nutrição. Nutrição em cirurgia. Nutrição parenteral. Soluções isotônicas e hipertônicas. Equilíbrio ácido base. Fundamentos da dieta normal e distúrbios alimentares	
REFERÊNCIAS EVANGELISTA, José. Alimentos: um estudo abrangente. São Paulo: Atheneu, 2000. FARREL, M. L., NICOTERI, J. A. L. Nutrição em Enfermagem: fundamentos para uma dieta adequada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. MELLO, Flávia. Nutrição Aplicada à Enfermagem. Goiânia: AB, 2005. CUPPARI, L. Guia de Nutrição: nutrição clínica no adulto. Barueri - SP: Manole, 2005. MURTA, Genilda Ferreira (org.). Saberes e Práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem. Vol. 4. 6ª ed. Sao Caetano do Sul, SP: Difusão editora, 2010. ORDOÑEZ, Juan A. Tecnologia de Alimentos – origem animal. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2005 ORDOÑEZ, Juan A. Tecnologia de Alimentos – componentes dos alimentos e processos. Vol 1. Porto Alegre: Artmed, 2005 SALINAS, R.D. Alimentos e Nutrição: introdução à bromatologia. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. WAITZBERG, D. L. Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica. 3 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.	

Dis. n.º 79
Proc. n.º 109857/2014
Assinatura: [assinatura]

DISCIPLINA TERAPIAS NATURAIS	CH 60H
EMENTA Fornecer conhecimentos que alicerçam a prática do profissional da saúde, numa visão holística. Alimentação. Crânio-acupuntura. Massagem. Relaxamento. Equilíbrio dos chakras. Cromoterapia. Radiestesia. Ventosoterapia. Meditação.	
REFERÊNCIAS AUTEROCHE, B. NALAILH. O diagnóstico na medicina chinesa . Ed. Andrei Ltda: São Paulo. TIAN CHONGHUO. Tratado de medicina chinesa . editora Roca, 1993 e visceras da medicina tradicional chinesa . editora roca, 1994 MACIOCIA, GIOVANNI. Diagnostico na medicina chinesa: um guia geral . editora Roca, 2005 SANTOS, JOSE FRANCISCO. Auriculoterapia e cinco elementos . editora Ícone, 2002 SHARMA, C. H. Manual de Homeopatia e medicina natural . editora cultrix, 1992 FILHO, ARIIVALDO RIBEIRO. Repertorio de homeopatia . editora Organon, 2005 FLORAIS DE BACH: Novos Processos Tecnicos e Clinicos . Editora Pensamento, 1998 SCHEFFER, MECHTHILD. Terapia floral do DR BACH: teoria e pratica . editora pensamento, 2002 FERRO, DEG MAR. Fototerapia: conceitos clínicos . editora atheneu, 2006 WEBER, MONIKA. Homeopatia para crianças como reconhecer e tratar distúrbios de saúde . editora cultrix, 2004	

102487706

DISCIPLINA ENFERMAGEM DO TRABALHO	CH 60H
EMENTA O saber /trabalho em saúde e a prática/fazer do trabalhador. Normas regulamentadoras e a Organização Trabalhista. Programa Nacional de Saúde do Trabalhador. Riscos e Doenças Ocupacionais. Os acidentes de trabalho, notificações e implicações legais. Ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica na Saúde do Trabalhador. Atuação do enfermeiro na promoção da saúde, prevenção e controle de acidentes e doenças laborais, cuidados de enfermagem no tratamento e reabilitação dos trabalhadores.	
REFERÊNCIAS FERREIRA, JR. Saúde no trabalho . Cap. 1, 3, 4 e 5, São Paulo, Roca, 2000. MENDES, R. Patologia do trabalho . vol.1. Cap. 1, 2, 3, 4 e 17 ,São Paulo, Atheneu, 2003. SENAC. Apostila de enfermagem de segurança do trabalho . São Paulo: SENAC, 1998. MANUAL DE LEGISLAÇÃO, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO . São Paulo: Atlas, 1991. LUCAS, Alexandre J. Processo de enfermagem do trabalho . São Paulo: Pátria, 2004. BRASIL. Consolidação das leis do trabalho e legislação complementar . São Paulo: Atlas; 1991. Cap.5, p. 25-518. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Normas Técnicas. Segurança no ambiente hospitalar . Brasília; 1995 (Série Saúde e Tecnologia, 6). BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Temática de Saúde do Trabalhador. Caderno de saúde do trabalhador: legislação . Brasília; 2001.	

Fig. n° 82

104858/2014
73

W. S. S.

<p>DISCIPLINA SAÚDE MENTAL</p>	<p>CH 60H</p>
<p>EMENTA</p> <p>Conceito de saúde mental e doença mental. Políticas de saúde mental. História e evolução da assistência em saúde mental e psiquiátrica no Brasil. Assistência de Enfermagem ao ser humano nas fases do desenvolvimento biopsicossocial. A comunicação do enfermeiro nos aspectos: intrapessoal, interpessoal, grupal e de massa. Relacionamento enfermeiro e cliente. Abordagem de estudos, observações e orientações voltadas ao indivíduo e sua família em todos os níveis de atenção. Exercícios práticos de dinâmicas de grupo e de relações humanas.</p>	
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ISAACS, Ann, RN, CS, MSN. Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica. 2ª Ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1998.</p> <p>RODRIGUES, A. R. F. Enfermagem Psiquiátrica/ Saúde Mental: prevenção e intervenção. São Paulo: EPU, 1996.</p> <p>STUART, Gail W. & LARAIA, Michele T. Enfermagem Psiquiátrica. 4ª edição. Reichmann & Affonso Editores. Rio de Janeiro. 2002.</p> <p>DALLY, P; HARRINGTON, H. Psicologia e psiquiatria na enfermagem. São Paulo: EPU. 1978.</p> <p>DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ª Ed. Artmed. Porto Alegre, 2008.</p> <p>DSM-IV-TR – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre. ARTMED.2002</p> <p>FARAH, O. G. F; SÁ A. C. Psicologia aplicada à enfermagem. Série enfermagem. São Paulo: Manole. 2008.</p> <p>SADOCK, Benjamin James. Compendio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p>	

Is.n° 82

Proc.n° 104858/2014

Assinatura 74

<p>DISCIPLINA EPIDEMIOLOGIA</p>	<p>CH 90</p>
<p>EMENTA</p> <p>Conceitos e usos da epidemiologia. Medidas de frequência das doenças, morbidade e mortalidade. Métodos de estudo dos agravos à saúde da população. Enfoque de risco, grupos e fatores. Epidemiologia das doenças infecciosas e das não infecciosas. Epidemiologia e controle das endemias de transmissão vertical. Vigilância epidemiológica; sistemas de informação. Estudo epidemiológico da região.</p>	
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>JEKEL, James. Epidemiologia, Bioestatística e Medicina Preventiva. 2º ed. Porto Alegre, 2005.</p> <p>MEDRONHO, R. (org.). Epidemiologia. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.</p> <p>ROUQUAYROL, M. Z.; FILHO, N. A. Epidemiologia & Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Brasília. 2002.</p> <p>FIGUEIREDO, NÉBIA M. ALMEIDA DE. Ensinando a Cuidar em Saúde Pública. - São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005.</p> <p>FLETCHER, Roberto H; FLETCHER, Suzanne W. Epidemiologia Clínica: elementos essenciais. 4º ed. Porto Alegre. ARTMED, 2006.</p> <p>MEDRONHO, R. (org.). Epidemiologia: Caderno de exercícios. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.</p> <p>ROCHA, Aristides Almeida. Saúde Pública Bases Conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008.</p>	

83
104858/2004
75
A. (S. S. S.)

6º PERÍODO

DISCIPLINA INFECTOLOGIA	CH 60H
EMENTA As doenças infecciosas no contexto socioeconômico e sanitário do país. As doenças transmissíveis de significado no Brasil e no Maranhão. Políticas de saúde voltadas para o controle das doenças infecciosas e/ou transmissíveis. PCIH. Medidas de prevenção, proteção, controle, bloqueios, acompanhamento de tratamento e reabilitação do cliente e família.	
REFERÊNCIAS BRASIL. Ministerio da Saude. Glossario tematico: DST e Aids. Brasilia: Ministerio da Saude, 2008. SOUZA, M. Assistência de Enfermagem em Infectologia. São Paulo. Atheneu, 2004. ROCHA, Manoel Otávio da Costa e cols. Fundamentos em Infectologia. Rio de Janeiro. Rubio, 2009. BRASIL. Guia de Vigilância Epidemiológica. 5º ed. Vol I e II. Fundação Nacional de Saúde. Brasília, 2002. BRUNNER & SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico-cirúrgico, 9º aed. Vol. I e II. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2000. SPARKS, Sheila M, TAYLOR, Cynthia M, DYER, Janyce G. Diagnósticos de Enfermagem. Reichmann & Affonso Editores, Rio de Janeiro, 2000. NEVES, D.P et al. Parasitologia Humana. 11º ed. Atheneu. São Paulo, 2005. VERONESI; FOCACCIA et al. Tratado de infectologia. 3º ed. Vol. I e II. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2005.	

89

10248/58/1476

DISCIPLINA PSIQUIATRIA NA ENFERMAGEM	CH 60H
EMENTA A organização da assistência psiquiátrica no Brasil. A participação do enfermeiro no tratamento de indivíduos que vivenciam experiências de sofrimento psíquico. Emergências psiquiátricas. Dependências. Principais patologias, quadro clínico, psicofarmacologia e exames psiquiátricos. Sistematização da assistência de enfermagem ao cliente com transtornos mentais. Práticas junto às instituições de saúde.	
REFERÊNCIAS ISAACS, Ann, RN, CS, MSN. Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica. 2ª Ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1998. RODRIGUES, A. R. F. Enfermagem Psiquiátrica/ Saúde Mental: prevenção e intervenção. São Paulo: EPU, 1996. STUART, Gail W. & LARAIA, Michele T. Enfermagem Psiquiátrica. 4ª edição. Reichmann & Affonso Editores. Rio de Janeiro, 2002. DALLY, P; HARRINGTON, H. Psicologia e psiquiatria na enfermagem. São Paulo: EPU, 1978. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ª Ed. Artmed. Porto Alegre, 2008. DSM-IV-TR – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre. ARTMED.2002 SADOCK, Benjamin James. Compendio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. Porto Alegre: Artmed, 2007.	

85
104858/91
F. Soares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES CH 180H

As atividades curriculares correspondem a: monitorias, iniciação científica, projetos de extensão, cursos e eventos científicos na área devendo ser integralizadas ao longo do curso.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

FUNDAMENTOS DE ONCOLOGIA	60H
<p>EMENTA</p> <p>Princípios básicos da fisiopatologia: prevenção e tratamento do câncer. Análise de conceitos básicos do cuidado de enfermagem a pacientes oncológicos. Áreas de unidade clínica oncológica, ambulatório de quimioterapia/ radioterapia e transplante de medula óssea. Desenvolvimento de habilidades no relacionamento psicossocial enfermeiro paciente e família.</p>	
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>FONSECA, Selma Montosa da. Manual de quimioterapia antineoplástica. Rio de Janeiro: Reichman Afonso editores, 2000.</p> <p>MURTA, G.F. e org. Saberes e práticas: guia para o ensino e aprendizado em enfermagem. 6ª Ed, Vol. 5. São Caetano do Sul: Difusão editora, 2010.</p> <p>OTTO, Shirley E.. Oncologia. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002.</p> <p>BRENTANI, Maria Miltzi, COELHO, Francisco Ricardo Gualda; KOWALSKI, Luiz Paulo. Bases da oncologia. São Paulo: Tecmedd, 2003.</p> <p>GOVINDAN, Ramaswamy. Washigton manual de oncologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.</p> <p>SPENCE, Roy A. J.; JOHNSTON, Patrick G. Oncologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.</p> <p>RESS, Gareth J. G.. Câncer. São Paulo: Três, 2001.</p> <p>TALBOT, Laura. Avaliação em cuidados críticos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.</p>	

Plan.º 86
Proc.º 10418/92
18/05/2004

INFECÇÃO HOSPITALAR	60H
<p>EMENTA</p> <p>Histórico das Infecções Hospitalares. Legislação de controle das IH's. Organização e implantação do Programa de Controle de Infecção Hospitalar/PCIH. Vigilância Epidemiológica das IH. Antimicrobianos e resistência bacteriana. Processo de prevenção. Arquitetura hospitalar. Bioética e controle. Interação da CCIH com as demais comissões técnicas do hospital.</p> <p>REFERÊNCIAS</p> <p>BUNNER< L.S.; SUDDARTH, D.S.; Tratado de enfermagem médico cirúrgico. 8ed. Rio de Janeiro: Interamericana. 2000</p> <p>.BIBLIOGRAFIA</p> <p>MARTINS, M. Manual de infecção hospitalar. 2 ed. Rio de Janeiro: Medsi. 2001</p> <p>PEREIRA, M.1999. Epidemiologia: teoria e Prática. Editora Guanabara- Koogan.</p> <p>Legislação Brasileira em controle de infecção hospitalar. Lei 9431, de Janeiro de 1997. Portaria 2616 de 12 de Maio de 1998.- portaria 666 de 17 de Maio de 1990.- Resolução - RDC nº 48 de 2 de Junho de 2000.</p> <p>Infecção Hospitalar e suas Interfaces na área da saúde - antônio Tadeu Fernandes et al. São Paulo: ed. Atheneu, 2000. Volumes 1 e 2.</p> <p>Como instituir um programa de infecção Hospitalar. Coodenação Marta de Oliveira Ramalho, Silvia figueiredo Costa. São Paulo; Associação Paulista de Estudos e controle de Infecção Hospitalar - APECIH. 2007.</p>	

87
104858/2011
93
[Signature]

LIBRAS	60H
EMENTA	
Língua brasileira de sinais: histórico e fundamentos legais. A singularidade linguística de LIBRAS e seus efeitos sobre a aquisição da linguagem e aquisições culturais. Noções práticas de LIBRAS: gramática, vocabulário e conversação.	
REFERÊNCIAS	
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.	
KOJIMA, Catarina Kiguti. LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais - a imagem do pensamento. São Paulo: Escala, s.d..	
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.	
CAPOVILLA, Fernando Cesar. Novo deit-libras v.1: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua brasileira de sinais, baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: INEP, 2009.	
CAPOVILLA, Fernando Cesar. Novo deit-libras v.2: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua brasileira de sinais, baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo: INEP, 2009.	
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo do Surdo em Libras. São Paulo, SP: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2004 a. v.1. [Sinais da Libras e o universo da educação; e Como avaliar o desenvolvimento da competência de leitura de palavras processos de reconhecimento e decodificação) em escolares surdos do Ensino Fundamental ao Médio].	
QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.	
QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. 2004.	
SKLIAR, Carlos. Surdez, A: Um olhar sobre as diferenças. Vol 1 e 2. 4º ed. Moinhos de vento: Mediação. 2010.	

88
104858/2014
94
P. Sey

SUPOORTE BÁSICO DE VIDA	60H
EMENTA Introdução aos Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida. Medidas de biosegurança. Avaliação da gravidade da vítima e ações imediatas do socorrista nas situações de emergência/urgência. Reconhecimento e Suporte Básico de Vida na parada respiratória e parada cardíaca. Preparação do socorrista para prestar assistência em situações especiais. Atendimento inicial ao politraumatizado. Assistência pré-hospitalar no parto súbito. Resgate e transporte.	
REFERÊNCIAS CABRAL, Antonio Carlos Vieira; AGUIA, Regina Amélia Lopes Pessoa; VITRAL, Zilma Nogueira Reis, et al. Manual de Assistência ao parto. Rio de Janeiro. Atheneu. 2002. CHAPLEAU, Wil. Manual de Emergências: um guia para primeiros socorros. Elsevier, Rio de Janeiro, 2008. KAWAMOTO, Emília Emi. ACIDENTES como Socorrer e Prevenir. São Paulo: E.P.U., 2002 CARVALHO, G. M. Enfermagem em Ginecologia. 1. ed. rev. São Paulo-SP: ed. EPU, 2004. FIGUEIREDO, Nêbia Maria Almeida. Enfermagem: Cuidando em Emergência. São Paulo. Yendis. 2006. HIGA, Elisa M. S., ATALLAH, Álvaro N. e colaboradores. Guia de Medicina de Emergência. 2ª Ed. Editora Unifesp-EPM. Baureri, SP: Monole, 2008. Lomba, Marcos. Emergências e atendimentos pre-hospitalares: instrumentação cirúrgica. Olinda, PE: Os autores, 2006. Lomba, Marcos, Lomba, André. Objetivo Saúde - Emergência e Atendimento Pré-hospitalar. 2ª Ed. Olinda PE: Grupo Universo, 2005. SENAC. D.N. Primeiros Socorro: como agir em situações de emergência. 2 ed. Rio de JAICERO: Senac Nacional, 2007.	

89
104888/2014 95
60H

PROJETOS COMUNITÁRIOS

EMENTA
Transdisciplinaridade entre às ciências biológicas, humanas e da saúde. Processo saúde-doença e seus determinantes na saúde individual e coletiva. Ações de vigilância e educação em saúde.

REFERÊNCIAS
LIANZA, S, ADDOR, F. et all - Projeto Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ) Aprovado pelo colegiado do Departamento de Engenharia Industrial da Escola Politécnica da UFRJ em 13/03/ 2003
LOCKE, R. & CHEIBUB, Z. B. - 2002 - "Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas" MIT/UFF in KIRCHNER A M; GOMES E.R.; CAPPELLIN P. Empresa e empresários e globalização
VALLE, R. et all (org) - 2002 - Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham? Rio de Janeiro. SAGE/COPPE. Editora Relume Dumará
TENÓRIO, F. et all (org) - 1995 - Projetos comunitários (volume I: Elaboração; volume II: Administração; volume III - Avaliação) . Rio de Janeiro. P.E. Gestão Social FGV R.J., CEDAC. Editora Loyola.
THIOLLENT, M.J.M - 1997 - Pesquisa-ação nas organizações, São Paulo, PEP/COPPE. Editora Atlas.
SINGER, P. & SOUZA; A R. (org) - 2000 - A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Editora Contexto.

90

96

10/18/2014

A. K. C.

INFORMÁTICA EM SAÚDE	60H
EMENTA	
A informática na saúde. Sistema de Informação em Saúde. Operacionalização, gestão e avaliação das informações em saúde. Processo gerencial e assistencial em saúde. Pesquisa em Rede.	
REFERÊNCIAS	
HANNAH K.J., BALL. J., EDWARDS M. J. A. Introdução à Informática em Enfermagem -3.ed. 2009.	
MANZANO, J. A. N. G. & MANZANO, A. L. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Power Point XP. 7ª Edição. São Paulo Editora Érica. 2009.	
TAKA, C.E.M. & MANZANO, A.L.N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2003 Avançado. São Paulo. Editora Érica. 2004.	
VELLOSO, F.C. Informática: Conceitos Básicos. 7ª Ed. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.	
VINCENT, B. Internet. Guia para Profissionais de Saúde. 2ª Ed. RJ. Atheneu, 2004.	
MANZANO, J. A. N. G. & MANZANO, A. L. N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Excel 2003 Avançado. 3ª Edição. Editora Érica. 2007.	
MATTAR, J. Metodologia Científica na Era da Informática. 3ª Ed. São Paulo. Saraiva. 2008.	
MOTTA, V. T. & MOTTA, L. R. Informações Biomédicas na Internet. 2ª Ed. Editora Médica Missau. Porto Alegre, 2002.	
SCHAFF, A. Sociedade Informática: As conseqüências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense. 2007.	
SILVA, M. G. Excel XP, Access XP e Power Point XP. 11ª Edição. São Paulo. Érica 2008	

92 97

104858/204

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	60H
EMENTA Lesões Ortopédicas. Lesões Neurológicas nas deformidades da coluna vertebral. Afecções em crianças e adultos. Tumores Ósseos. Traumatologia. Urgências e Emergências Ortopédicas.	
REFERÊNCIAS HUDAK, MC.; GALLO, B.M. Cuidados Intensivos de Enfermagem: uma abordagem holística , 6.ed. São Paulo, Guanabara Koogan, 1997. CARVALHO, C.R.R. Ventilação mecânica-básico . São Paulo, Atheneu, 2000. AULER JUNIOR, J.O.C. et al. Equilíbrio hidroeletrólítico e Reposição volêmica em UTI . São Paulo, Atheneu, 2005. SWEARINGER, N.P.L.; KEEN, J.H. Manual de enfermagem no cuidado crítico , 4 ed. Porto Alegre, Artmed Editora, 2005. KNOBEL, E. Condutas no Paciente Grave . 2.ed. Rio de Janeiro, Atheneu, 1998. BATES, B. Propedêutica Médica . 2. ed., Rio de Janeiro, Interamericana, 1992. KOIZUMI, M.S.; PIMENTA, C.A; SOUZA, R.M.C.de. Condutas de enfermagem e aumento da pressão intracraniana: uma revisão de literatura de enfermagem . Rev.Paul.Enf., 9(1):30-35, jan-abr.1990. SCHELL, H.M.; PUNTILLO, K. ^a Segredos em Enfermagem na terapia intensiva . Porto Alegre, Artmed editora, 2005. AMERICAN HEART ASSOCIATION, Suporte avançado de vida em cardiologia , 2002. DICCINI, S.; WHITAKER, I.Y. Exame neurológico . In: BARROS, ALBLB et al. Anamnese e exame físico . Porto Alegre, Artmed, 2002. cap.7, p.95-105	

Fls. nº 92
Processo nº 104898/2010
DETEN

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS	60H
EMENTA Elementos de fisiologia do sangue e bioquímica aplicados à interpretação de exames. Interpretação dos exames complementares de laboratório de patologia clínica, de citopatologia e sua correlação dos resultados dos exames com o quadro clínico do paciente e as principais patologias associadas. Legislação de enfermagem: limites de atuação do profissional.	
REFERÊNCIAS FERREIRA, A. Walter. Diagnostico laboratorial: avaliação de metodos de diagnostico das principais doenças infecciosas e parasitarias e auto-imunes - correlação clínico-laboratorial. Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2001 FISCHBACH, Frances. Manual de enfermagem: exames laboratoriais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. OLIVEIRA, João Batista Alves de. Exames laboratoriais para o clinico. Rio de Janeiro: Medsi, 2003. DIEPENBROCK, Nancy H. Cuidados intensivos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. (1) LIMA, A. Oliveira. Métodos de laboratório aplicados a clinica: técnica e interpretação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. LIMA, Orcelia Pereira Sales Carvalho. Leitura e interpretação de exames em enfermagem. Goiania: AB, 2008. OLIVEIRA, Raimundo Antonio Gomes. Hemograma: como fazer e interpretar. Sao Paulo: LPM, 2007. TERRA, Paulo. Coagulação: interpretação clinica dos testes laboratoriais de rotina. São Paulo: Atheneu, 2004. RAVEL, Richard. Laboratorio clinico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. (10) BAIN, Barbara J.. Celulas sanguineas: um guia pratico. Porto Alegre: Artmed, 2007. SCHIFFMAN, Fred J.. Fisiopatologia hematologica. Sao Paulo: Santos, 2004.	

93

10485/204

99

DST

DST	60H
EMENTA Políticas de Educação Preventiva para sexualidade DST-Aids e Drogas, segundo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. Educação para saúde e orientação sexual e reprodutiva sobre a temática central junto a grupos específicos na comunidade. Aspectos clínicos e epidemiológicos nas DST- AIDS e Drogas.	
REFERÊNCIAS AGUIAR, Z.N.,RIBEIRO,M.C.S. Vigilância e Controle das Doenças Transmissíveis .São Paulo: Martinari, 2004 COLOMBRINI; MUCKE, FIGUEIREDO. Enfermagem em Infectologia: cuidados com o paciente internado . São Paulo:Editora Atheneu,2006. HERMANN, H.; PEGORADO. A dos S. Enfermagem em Doenças Transmissíveis . São Paulo: EPU, 1998. BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde Doenças Infecciosas e Parasitárias: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e controle – Guia de Bolso . Org. Gerson Oliveira Pena (et al). Brasília, 1998. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de controle de doenças sexualmente transmissíveis . Brasília, 1997 BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de recomendações para prevenção e controle da infecção pelo vírus HIV . Brasília, 1990. ROUQUAYROL, M.Z., ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde . 6 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. SCHECHTER, M.; MARANGONI, D.V. Doenças Infecciosas: Conduta diagnóstica e terapêutica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. VERONESI, R., FOCCACIA, R. Tratado de Infectologia . São Paulo: Editora Atheneu, 1996.	

92
109858/24
100
A. S. S.

8 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado curricular, nos termos da legislação em vigor, é parte indispensável e indissociável dos cursos de graduação, e, como tal é percebido e será desenvolvido no curso de Enfermagem do CESC/UEMA.

Seu objetivo fundamental é possibilitar ao acadêmico uma experiência de aprendizagem profissional direta e real, durante a qual, sob supervisão profissional habilitada e competente, o mesmo se torne progressivamente responsável por tarefas típicas do seu campo de ação profissional, consideradas as prerrogativas e limitações de sua formação segundo a normatização legal vigente. Objetiva também, fornecer retroalimentação ao currículo de formação profissional, possibilitando um constante aperfeiçoamento de todas as experiências curriculares empreendidas no curso.

Considerando, portanto, que o Estágio Supervisionado Curricular constitui um processo dinâmico de aprendizagem que se realiza através da experiência e da atividade do estagiário, com sua efetiva participação, devendo constituir-se em um verdadeiro programa de ação, foram elaboradas as diretrizes básicas visando sua implantação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação.

O objetivo geral dos Estágios é possibilitar aos discentes a concretização e a integração dos conhecimentos das habilidades e das atitudes necessárias à sua formação básica, dentro de uma perspectiva interdisciplinar que privilegie a relação teoria-prática-teoria.

O ensino de graduação em enfermagem é privilegiado no que diz respeito aos diversos cenários oferecidos para as atividades teórico-práticas e estágios curriculares e extracurriculares. A visão da integralidade e de cuidados progressivos na rede de serviços do SUS vem sendo aprofundada com o novo currículo, o que tem promovido a intensificação de atividades práticas em serviços de saúde de atenção primária, secundária e rede de média e alta complexidade.

Os campos de prática são escolhidos considerando seu potencial de aprendizagem para os estudantes. São eleitos serviços que têm o profissional enfermeiro atuante, cujo trabalho está estruturado e possibilita a inserção de

95
104858/2014
101
H. S. S.

estudantes na condição de estagiários.

REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA EM SAÚDE:

- Unidades da Estratégia de saúde da Família da zona rural e urbana
- Centro de Testagem e aconselhamento - CTA
- Serviço de Atendimento Especializado – SAE
- Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Infantil, III e álcool e Drogas)
- CEREST
- Vigilância Sanitária
- Vigilância Epidemiológica
- Coordenação da Atenção Primária
- Centro de controle de Zoonose
- HEMOMAR
- Ambulatório Universitário do CESC/UEMA (Construído e em fase de implantação)
- Centro de Atenção Integral a Mulher (CEAMI)
- PAM
- Programas da Sec da Mulher e Sec da Ação Social

SERVIÇOS DE SAÚDE EM ALTA COMPLEXIDADE:

- Centro de Diálise
- SAMU
- Corpo de bombeiros
- Hospital Infantil João Viana
- Maternidade Carmosina Coutinho
- Hospital Geral Municipal de Caxias Gentil Filho
- Hospital Universitário de Caxias –(Em fase de construção e previsão de abertura no 2º semestre de 2014)
- Unidade ambulatorial em Oncologia (Em fase de construção com previsão de abertura para 2015)
- UPA (Unidade Pronto Atendimento) com previsão de inauguração em 2015

9.6
104858/2014
ARTIGO

DISCIPLINA PROJETO DE PESQUISA EM SAÚDE	CH 60H
EMENTA O Trabalho de Conclusão de Curso. Revisão dos conceitos básicos de método científico, ciência e técnicas de pesquisa. Amostragem, observação, elaboração, análise e interpretação de dados, trabalhos e publicações científicas, referências bibliográficas e normas da ABNT e da UCB. Orientações para Elaboração do projeto de TCC. Protocolos de aprovação no Comitê de Ética. Elaboração, normatização e submissão de artigo em revista qualis.	
REFERÊNCIAS CESC/UEMA. Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Artigo e Monografia).. JEKEL, James; KATZ, David L; ELOMRE, Joann G. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2º Ed. Porto Alegre, 2005. HADDAD, Nagib. Metodologia de estudos em Ciências da Saúde: como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Roca, 2004 ANDRADE, M.M.de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 9º Ed. São Paulo. Atlas, 2009. MEDEIROS, Joao Bosco. Portugues instrumental: contem técnicas de elaboração de trabalho de conclusao de curso (TCC). Sao Paulo: Atlas, 2010. LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Técnicas de Pesquisa. 5º. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez e Moraes, 2002. LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2007. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4º Ed. Atlas. São Paulo, 2002. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez e Moraes, 2002.	

Plant 92
Pmc 10/18/2014
86
A. J. J. J.

DISCIPLINA PERIOPERATÓRIA	CH 120H
EMENTA Humanização da assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Princípios de esterilização e assepsia pré-operatória. Estrutura, organização e gerenciamento do Centro Cirúrgico e Central de Material Esterilizado.	
REFERÊNCIAS BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, SMELTZER, Suzane C. & Bare, Brenda G. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico. 9ª Edição Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2002. SOUZA, Célio A. de. Enfermagem Cirúrgica; Volume 1. Goiânia: AB, 2003. SOUZA, Célio A. de. Enfermagem Cirúrgica; Volume 2. Goiânia: AB, 2003. TALBOT, Laura. MEYERS-MARQUARDT, Mary. Avaliação em Cuidados Críticos. 3ª edição. Reichmann & Affonso editores. Rio de Janeiro. 2001. BOUNDY, Janice. Et al. Enfermagem Médico-Cirúrgico; 3ª edição. Reichmann & Affonso editores. Riode Janeiro. 2004. POSSARI, João Francisco. Centro de Material e Esterilização: Planejamento e Gestão. 3ª Ed. Editora Iátria, São Paulo, 2009. SANTOS, Sandra S. C. LUIS, Margarida A. V. A Relação da Enfermagem com o Paciente Cirúrgico. 2ªed. Goiânia: AB, 2002. SANTOS, Cristina M. Centro Cirúrgico e os Cuidados de Enfermagem. 4ª Ed. Revisada. Editora Iátria, São Paulo, 2008. SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Enfermagem na Prevenção e Controle da Infecção Hospitalar. 1ª Edição. Iatria, 2003.	

98
104858/2009
87
Pereira

DISCIPLINA OBSTETRÍCIA	CH 60H
EMENTA Assistência pré-natal. Gravidez de baixo e alto risco. Assistência de enfermagem no parto, puerpério e urgências obstétricas. Patologias na gravidez. Aleitamento materno.	
REFERÊNCIAS. CARVALHO, Geraldo Mota. Enfermagem em Obstetrícia. rev. e ampl. São Paulo: ed. EPU, 2002. FREITAS, Fernando et al. Rotinas em Obstetrícia. 6º ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. REZENDE, Jorge. Obstetrícia. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. BRANDEN, Pennie Sesler. Enfermagem Materno-infantil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000. CARVALHO, Marcos Renato; TAMEZ, Raque N. AMAMENTAÇÃO: bases científicas pra a prática profissional. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2002. KATHRYN A. Melson [et al] Enfermagem Materno Infantil Plano de Cuidados. [tradução da 3ª edição original] de Carlos Henrique Cosendy; revisão técnica de Maria Isabel Sampaio Carmagnoni. Rio de Janeiro. Reichmann & Affonso. 2002. LOWDERMILK, Deita Leonerd; PERRY, Shannon E.; BOBAK Irene M. et al. O cuidado em enfermagem Materna. 5ª ed. 2002. PERRY, Deitra Leonard [et al] O cuidado em Enfermagem Materna. Porto Alegre – RS. ARTMED. 5ª edição. 2002.	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	450H
EMENTA Desenvolvimento de atividades envolvendo as funções próprias do enfermeiro (assistenciais, administrativas, educativas e investigativas tanto na rede ambulatorial de saúde como no campo da saúde coletiva, em programas de saúde pública, programas sociais de educação), mediante as ações básicas de saúde com enfoque na saúde do indivíduo e da família dirigidas às pessoas em situações de saúde –doença, nas diversas fases do ciclo da vida respeitando o contexto sócio – político, cultural e epidemiológico, Valorização da sistematização do trabalho com base na metodologia do processo de enfermagem.	
REFERÊNCIAS CARVALHO, Geraldo Mota. Enfermagem em Ginecologia. 1ªed. rev. e ampl. São Paulo: ed. EPU, 2004. CARVALHO, Geraldo Mota. Enfermagem em Obstetrícia. rev. e ampl. São Paulo: ed. EPU, 2002. ROACH, Sally. Introdução à Enfermagem Gerontológica: alterações fisiológicas do idoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. KAWAMOTO, Emilia, Emi; FLORIO, Arlete; SOUZA, Ana Lucia Teles de Moura. O neonato, a criança e o Adolescente. São Paulo. EPU. 2001. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos. 6ª ed. Atlas. São Paulo, 2006. COLLET, Neuza; OLIVEIRA, Beatriz Rosana G. Manual de Enfermagem Pediátrica. Goiânia. AB Editora, 2002. KAWAMOTO, E. E; FLORIO, A; SOUZA, A L. T. .M. O neonato, a criança e o Adolescente. São Paulo. EPU, 2001. REZENDE, Jorge. Obstetrícia. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. VERONESI, R. FOCACCIA, R. Tratado de infectologia. 3ª ed. Vol I e II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. VERONESI; FOCACCIA et al. Tratado de infectologia. 3º ed. Vol. I e II. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2005. Lista de manuais do Ministério da Saúde, adquiridos em biblioteca virtual: www.saude.gov.br/editora/produtos/livros	

100
104858/2014
89
PSC

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA (ALTA COMPLEXIDADE)	450H
EMENTA Atividades práticas em Enfermagem hospitalar – Planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem requerida pelo indivíduo e/ou grupo familiar, a nível hospitalar, aplicando os conhecimentos teórico-práticos e interrelacionando-os a fatores físicos, psíquicos, ambientais e sócio-culturais. Elaboração e implantação de um plano de trabalho sob a orientação de um docente e com a supervisão de um profissional enfermeiro.	
REFERÊNCIAS CARVALHO, G. M. Enfermagem em Ginecologia. 1. ed. rev. São Paulo: ed. EPU, 2004. KNOBEL, E. Condutas no Paciente Grave. 2. ed. v 1 e 2. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006. NANDA INTERNACIONAL. Diagnósticos de Enfermagem da Nanda - Definições e Classificação 2009/2011. Editora Artmed . ROACH, S. Introdução à Enfermagem Gerontológica: alterações fisiológicas do idoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. FONTINELE JUNIOR, K. Administração Hospitalar. Goiânia: AB Editora, 2002. KENNER, C. Enfermagem Neonatal. 2. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001. MOTTA, A. Auditoria de enfermagem no processo de credenciamento. São Paulo: Iátria, 2003. POSSO, M. B. S. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2003. SPARKS, S.M.; TAYLOR, C. M., DYER J. G. Diagnóstico em Enfermagem. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2000.	

101
104898/00
DSCON

MONOGRAFIA	
EMENTA	
Desenvolvimento do projeto de pesquisa: aplicação metodológica, tratamento e discussão dos dados, edição. Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração, normatização e submissão de artigo em revista qualis.	
REFERÊNCIAS	
CESCQUEMA. Manual para Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Artigo e Monografia)..	
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Técnicas de Pesquisa. 5º. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez e Moraes, 2002.	
HADDAD, Nagib. Metodologia de estudos em Ciências da Saúde: como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Roca, 2004.	
ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 9º Ed. São Paulo. Atlas, 2009.	
JEKEL, James; KATZ, David L; ELOMRE, Joann G. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva. 2º Ed. Porto Alegre, 2005.	
GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4º Ed. Atlas. São Paulo, 2002.	
LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez e Moraes, 2002	



As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Enfermagem Resolução, CNE/CES n° 03 de 07/10/2001, ressaltam que na elaboração da programação e no processo de acompanhamento do aluno, em Estágio Curricular Supervisionado, pelo professor, será assegurada a efetiva participação dos enfermeiros no serviço de saúde, onde se desenvolve o referido estágio.

A carga horária mínima do estágio supervisionado deve totalizar 20% da carga horária total do curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específica da Câmara da Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, em 7 de novembro de 2001..

As instituições de educação superior (IES) utilizam determinações na Lei Federal 11788/2008, onde oferecem amparo legal quanto ao Estágio Supervisionado, sem vínculo empregatício, bem como no Art.82 e seu parágrafo, da LDB/1996.

O estágio, como elemento de formação profissional do aluno, deve ser realizado de acordo com as Normas Gerais do Ensino de Graduação, TÍTULO II ,SEÇÃO II:

Art. 13. O estágio é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho produtivo, para estudantes regularmente matriculados, como parte do projeto pedagógico de cada curso de graduação, objetivando o desenvolvimento acadêmico do cidadão, visando à vida para o trabalho.

§ 1º O estágio pode ser obrigatório, supervisionado por docente da universidade, e não obrigatório, supervisionado por técnico da instituição campo de estágio, conforme determina a legislação vigente e contidos nos projetos pedagógicos de cada curso, por força legal.

§ 2º O estágio de vivência teórico-prática exercida pelo estudante para fins de integralização curricular é coordenado pelos cursos e acompanhado pelo professor orientador, podendo ser desenvolvido em instituições jurídicas de direito público ou privado, ou em escolas da comunidade reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 3º O estágio de que trata o *caput* deste artigo será objeto de instrumento jurídico apropriado, firmado pela entidade concedente do estágio e pela UEMA, na forma legal.

Art.14. Os Colegiados de Curso das Licenciaturas adotarão as Normas Específicas aprovadas pela Resolução nº 890/2009-CEPE/UEMA e os demais cursos de graduação devem elaborar suas normas de estágio curricular obrigatório, na forma prescrita na Lei Federal nº 11.788/2008, para que os departamentos apreciem os planos de estágio, para fins de inclusão no planejamento departamental.

§ 1º Os Departamentos, quando da distribuição da carga horária dos docentes, estabelecerão um percentual para os professores que acompanharão o estágio curricular obrigatório supervisionado, sem prejuízo de outras atividades acadêmicas.

§ 2º O Diretor do curso fará pré-inscrição do estágio obrigatório supervisionado, a ser realizado no período subsequente, cadastrando os dados dos estudantes necessários para o seguro de acidentes pessoais, exigido pela legislação em vigor, encaminhando-os à PROG para análise, com vistas à PRA para as providências legais.

Art. 15. A carga horária de estágio obrigatório supervisionado dos cursos de bacharelado não poderá ser inferior a 5% (cinco) por cento do total determinado para o curso, observadas as suas diretrizes curriculares.

Art. 16. A articulação teoria-prática nos cursos de Formação de Professores da Educação Básica será realizada sob as formas de Prática (405 horas com 9 créditos) e Estágio Obrigatório Supervisionado (405 horas com 9 créditos) a serem vivenciados ao longo do curso.

Parágrafo único. O estudante que comprove atividade docente regular na educação básica poderá ter redução da carga horária do estágio curricular obrigatório supervisionado de 180 (cento e oitenta) horas equivalente a 4 (quatro) créditos.

Art. 17. A orientação e o acompanhamento do estágio obrigatório supervisionado serão desenvolvidos por um professor do departamento a que pertence(m) o(s) conteúdo(s) objeto do estágio, denominado orientador, e por profissional da instituição campo de estágio, denominado supervisor técnico.

Plan. 104
Process. 104850/2014
104
Assy

Art. 18. A PROG, por meio da Coordenadoria Técnico-Pedagógica e Divisão de Estágio e Monitoria, será responsável pela coordenação geral dos estágios obrigatórios.

Art. 19. O estágio obrigatório não cria vínculo empregatício de natureza alguma, mesmo que o estagiário receba bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada.

Parágrafo único. Será celebrado Termo de Compromisso entre o estudante e a parte concedente do estágio, com a interveniência da UEMA.

Art. 20. Caberá à Direção do Centro, ouvida a Direção do Curso, a designação de um Coordenador de Estágio por curso, observado o Planejamento Departamental.

Art. 21. As coordenações de estágio elaborarão Normas Específicas, com acompanhamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE, a serem aprovadas pelo colegiado de curso, que atendam à necessidade de cada graduação para o desenvolvimento do estágio, respeitada a legislação em vigor e estas Normas na forma prevista no artigo 14.

Parágrafo único. A jornada de atividade em estágio deverá compatibilizar-se com o horário acadêmico do estudante e com o da parte concedente do estágio.

Art. 22. A avaliação do estágio curricular deverá ser sistemática e contínua, utilizando diferentes instrumentos e formas, e compreende:

I - apuração da frequência ou atividades previstas no plano de estágio;

II - determinação da nota obtida pelo estudante em relatório e outras atividades, cuja avaliação estará vinculada a aspectos qualitativos e quantitativos do estágio.

Parágrafo único. O estágio curricular não dará direito a exame final, devendo o estudante reprovado fazer novo estágio.

Art. 23. As atribuições dos agentes responsáveis e participantes do estágio curricular estão definidas no Anexo I destas Normas.

Das atribuições dos responsáveis e participantes do estágio curricular

O chefe da Divisão de Estágio da PROG terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar e avaliar a política de estágios da UEMA;
- b) supervisionar o cumprimento das normas estabelecidas pela instância competente;

- c) apoiar os coordenadores de estágios dos cursos em assuntos referentes à realização de estágio e na garantia de sua qualidade;
- d) acompanhar o processo de estágio, promovendo troca de experiências e incentivando atividades integradas;
- e) promover a divulgação de experiência de estágio na comunidade universitária e para o público em geral;
- f) analisar proposta de convênio e de termos aditivos;
- g) manter arquivos atualizados sobre os estágios dos cursos da UEMA.

O coordenador de estágio de cada curso terá as seguintes atribuições:

- a) coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- b) solicitar a assinatura de convênios e cadastrar os locais de estágios;
- c) apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágios;
- d) promover o debate e a troca de experiência no próprio curso e nos locais de estágios;
- e) manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) no respectivo curso.

O professor orientador de estágio terá as seguintes atribuições:

- a) proceder, em conjunto com o grupo de professores de seu curso e com o coordenador de estágio, à escolha dos locais de estágios;
- b) planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágios juntamente com o estagiário e o profissional colaborador do local do estágio, quando houver.

O estagiário terá as seguintes atribuições:

- a) participar do planejamento do estágio e solicitar esclarecimentos sobre o processo de avaliação de seu desempenho;
- b) seguir as normas estabelecidas para o estágio;
- c) solicitar orientações e acompanhamento do orientador ou do profissional colaborador do local do estágio sempre que isso se fizer necessário;
- d) solicitar à coordenação de estágio a mudança de local de estágio, mediante justificativa, quando as normas estabelecidas e o planejamento do estágio não estiverem sendo seguidos.

106
104854/106
A. S. C.

A avaliação, e supervisão dos alunos, terão participação direta do preceptor responsável e a colaboração dos enfermeiros do campo onde se realiza o estágio. Para a realização dos estágios foram celebrados convênios entre a UEMA e os campos de estágios respectivos da rede municipal de saúde local.

Os alunos desenvolverão as atividades práticas de estágio Supervisionado I e II no 9º e 10º período em campos específicos de conhecimentos em enfermagem, ao nível de outros centros mais avançados de saúde, como também buscar maior contato com as comunidades e entre escolas de enfermagem, universidades e prefeituras do Brasil ou em outros países, após credenciamento o qual levará em conta a formação do aluno, seguida por avaliação contínua. As diretrizes do estágio supervisionado estão amplamente descritas no manual do Estagiário da UEMA.

O aluno aos iniciar o estágio supervisionado I e II necessita ter disponibilidade de 40h semanais a fim de cumprir as atividades de campo planejadas bem como cumprir as atividades que requerem preparo e dedicação fora do horário do estágio, logo o mesmo durante o estágio não pode acumular atividades de extensão (PIBEX e PET e outras atividades congêneres). O estágio necessita de horários livres a fim de que o aluno possa se adequar as escalas, rodízios de grupos e fluxogramas e horários de funcionamentos dos setores e campos de estágios.

9 ATIVIDADES ACADÊMICAS-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) E ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem do CESC/UEMA, considerando a importância de outras atividades acadêmicas na formação do profissional da área, reservou a realização de atividades complementares. Compreende-se que tais atividades ampliam os conteúdos das disciplinas que integram o currículo em sentido estrito, permitindo de forma mais efetiva, a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade.

A possibilidade de freqüentar cursos, seminários e outros eventos viabilizam a comunicação entre as diversas áreas do conhecimento e outras ciências. A proposta permite, também, ao discente, a participação na formação do seu

currículo, atendendo à crescente demanda do conhecimento sem a conseqüente sobrecarga de creditação e no tempo de conclusão do curso.

Tendo em vista a importância de preparar um profissional com capacidade crítica e reflexiva que encontre soluções para um mundo em processo constante de mudanças, as atividades complementares têm um papel importante na formação crítica, reflexiva e construtiva que se quer oportunizar no curso.

As atividades complementares visam, também, o complemento da estrutura curricular do curso, colocando à disposição do discente atividades não incluídas em seu currículo regular. Os critérios e formas de procedimentais que orientam o processo de reconhecimento e validação das Atividades Complementares no âmbito do Curso de Graduação em Enfermagem

O curso de Enfermagem do CESC/UEMA desenvolverá atividades complementares como está determinado no Parecer CNE/CES 1.133/2001 pág. 8. Estas poderão ser de 3 níveis:

- a. Instrumento de integração e conhecimento do aluno com a realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso. Deve ser iniciado a partir do 3º período, onde o aluno já entrou em contato com a comunidade, atuando em ações de saúde pública. Será acompanhado pela Coordenação Docente de forma integrada às organizações profissionais, sociais, sindicais (estágio com "mapeamento" da realidade). Deve motivar o aluno a construir sua grade curricular específica.
- b. Instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino. Deve ser iniciado a partir do 5º período e deve auxiliar o aluno a optar pelo currículo específico de pesquisa e ensino. Está notadamente integrado às bolsas de iniciação científica (seguir carreira de pesquisador)
- c. Instrumento de adequação profissional, a partir do 4º período do curso, para aqueles que optarem por uma iniciação profissional mais precoce.

Ademais, o Curso de Enfermagem do CESC/UEMA deverá criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância, desde que atendido o prazo estabelecido pela instituição para conclusão do curso.

Plano	108
Curso	104 808/leto
Disciplina	10850

Podem ser reconhecidos:

- Monitorias e estágios;
- Programas de iniciação científica;
- Estudos complementares;
- Cursos realizados em outras áreas afins
- Atividades de extensão
- Estágio extra-curricular

As atividades complementares deverão ser incrementadas durante todo o curso de graduação em enfermagem e as instituições de ensino superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância.

As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino do Curso de Graduação em Enfermagem, que são prioritárias. O aluno deverá desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima de 180 horas/aula a ser cumprida.

Deverão ser cumpridas pelo aluno entre o 1º e o 9º períodos letivos. A carga horária mínima de cento e oitenta (180) horas de atividades, devendo o seu cumprimento ser realizado e comprovado através de xerox autenticada da certificação pretendente pelo aluno com registros pelo protocolo do CESC/UEMA no 9º semestre com solicitação de aproveitamento das mesmas. A UEMA fomenta o desenvolvimento de estágio extracurricular através de apoio financeiro a estágio de curta duração captados por interesse principalmente do aluno

Nota – Cabe ao Diretor do Curso orientar o aluno quanto à frequência e certificação dessas atividades. Cabe recurso ao Conselho Departamental ou ao Colegiado de Curso em caso de indeferimento.

109
109
104858/2014
K. Stees

10 OUTRAS ATIVIDADES CURRICULARES

10.1 MONITORIA

A Universidade mantém um quadro de monitores, selecionados entre os alunos regularmente matriculados, de acordo com as normas gerais para o ensino de Graduação no TÍTULO II, SEÇÃO III, Artigos 24º a 37º. O monitor exerce a função de auxiliar o magistério, sob a orientação do professor responsável pela disciplina. A seleção é feita nos departamentos interessados e o período de sua vigência será estabelecido em Edital específico publicado pela Pro - Reitoria de Graduação da UEMA semestralmente.

Art. 24. Os estudantes dos cursos de graduação, a partir do 3º (terceiro) período, poderão candidatar-se para a função de monitor por meio de processo seletivo, para fins de admissão na disciplina, sem vínculo empregatício, conforme previsto na legislação vigente.

Art. 25. A monitoria tem como objetivo incentivar o estudante para a carreira docente da educação superior, devendo, para tanto, planejar, com o professor orientador, as atividades teórico-práticas, características da ação pedagógica.

Art. 26. A abertura das inscrições e o número de vagas a candidatos à monitoria serão divulgados em edital da PROG, em período fixado no Calendário Universitário.

Parágrafo único. Ao apresentar as reivindicações de vagas para monitor, os departamentos devem apresentar justificativa, levando em consideração:

- a) carga horária da disciplina compatível com o horário do estudante no curso, para não impedir a sua presença em sala de aula;
- b) jornada de trabalho do docente orientador com 40 horas semanais ou dedicação exclusiva;
- c) participação em aulas teóricas, práticas, de campo ou outras peculiaridades;
- d) parecer do professor orientador em semestre letivo anterior;
- e) cumprimento do Termo de Compromisso, se já houver sido monitor em outra disciplina.

110
104858/10/4
110
Beeey

Art. 27. No ato da inscrição, os candidatos à monitoria apresentarão os seguintes documentos:

- a) requerimento devidamente preenchido;
- b) histórico escolar atualizado, com rendimento escolar satisfatório, não apresentando reprovação na disciplina pleiteada;
- c) *curriculum vitae*;
- d) comprovante de matrícula com os horários das disciplinas a serem cursadas no semestre;
- e) comprovação de conduta acadêmica ilibada.

Parágrafo único. O monitor que pretender continuar nesta condição deverá submeter-se a uma nova seleção, na forma estabelecida nestas Normas

Art. 28. A seleção será feita por uma comissão composta de 3 (três) docentes designados pelo respectivo departamento e abrangerá:

- a) prova escrita;
- b) prova prática, quando a disciplina assim exigir;
- c) análise do histórico escolar, com ênfase no estudo das disciplinas relativas à monitoria e das atividades discentes constante do *curriculum vitae*.

§ 1º Realizada a seleção, a comissão examinadora elaborará relatório conclusivo para homologação na Assembleia Departamental e no Colegiado de Curso.

§ 2º Será aprovado o candidato que alcançar média mínima 7 (sete).

§ 3º No caso de empate, a classificação obedecerá aos seguintes critérios:

- I – maior média na disciplina pleiteada;
- II – maior coeficiente de rendimento acadêmico no curso;
- III – maior idade.

Art. 29. Não havendo aprovação de candidatos dentro do número de vagas ofertadas para monitoria em cada Centro, os Departamentos poderão pleitear nova seleção para o período regular seguinte.

Art. 30. Homologada a seleção, o departamento encaminhará o plano de trabalho e termo de compromisso, devidamente assinados, à Direção do Curso que, após o necessário registro, os enviará à PROG, para assinatura da autoridade competente.

Parágrafo único. Havendo desistência da monitoria após início das atividades será chamado o estudante aprovado em segundo lugar na disciplina pleiteada na seleção.

Art. 31. O exercício da monitoria corresponderá a um semestre letivo regular.

Art. 32. O monitor exercerá suas atividades em regime de 12 (doze) horas semanais conforme plano de trabalho, ficando vinculado ao professor orientador da respectiva disciplina, e cabe ao Departamento a avaliação e o controle de frequência, este a ser enviado à PROG até o dia 15 (quinze) de cada mês.

Art. 33. No final de cada semestre, o monitor apresentará ao departamento relatório das atividades realizadas conforme o plano de trabalho, com críticas e sugestões, que serão avaliadas pelo professor orientador, para fins de encaminhamento à PROG, via direção do curso.

Art. 34. A avaliação da monitoria servirá de base para a PROG propor melhoria do sistema e será procedida mediante análise dos seguintes indicadores:

- a) relatório dos monitores;
- b) pareceres dos professores orientadores, com comentários, avaliação e sugestões dos Departamentos e Centros;
- c) resultados estatísticos do processo regular de avaliação entre monitor e professor orientador, por centro.

Art. 35. A dispensa do monitor será efetivada pela Pró-Reitoria de Graduação, mediante proposta do Departamento, por motivo de trancamento de matrícula, infração disciplinar, diminuição do rendimento acadêmico ou outro motivo considerado relevante, devendo ser o Ato enviado à Direção do Curso para o necessário registro.

Parágrafo único. As atividades em extensão, monitoria e de iniciação científica não podem ser remuneradas cumulativamente.

Art. 36. Fará jus a certificado do exercício da monitoria, firmado pelo Chefe da Divisão de Estágio e Monitoria e Pró-Reitor(a) de Graduação, o monitor cujas frequências mensais tenham sido iguais ou superiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do total a que estava obrigado a cumprir por disciplina e cujo conceito, emitido em parecer do professor orientador, seja igual ou superior a regular, a ser registrado no verso do documento.

Parágrafo único. Cabe à Divisão de Estágio e Monitoria proceder ao registro dos dados do estagiário, providenciar a folha de pagamento mensal, mediante o

112

10985/2014

112
15/11/2014

recebimento da frequência enviada em tempo hábil, até o dia 15 (quinze) de cada mês, pela Chefia do Departamento, no qual o monitor está lotado.

Art. 37. A remuneração do monitor é fixada pelo Conselho de Administração - CAD, mediante proposta da PRA/PROPLAN, por Resolução específica homologada no CONSUN.

Parágrafo único. Não é remunerada a monitoria voluntária, exercida em caráter opcional pelo estudante, o qual se submeterá a processo seletivo e às regras desta Resolução.

A monitoria é um meio alternativo de ensino-aprendizagem, valorizando a experiência do aluno-monitor na relação professor e aluno, incentivando prazer no processo de construção de conhecimento. Semestralmente a PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO DA UEMA através de edital oferece duas vagas para o curso de enfermagem onde através de processo seletivo alunos são inseridos para desenvolver a experiência na disciplinas objetos da monitoria.

Para realizar atividade de monitoria, o CESC/UEMA deverá proporcionar:

- * Políticas claras e objetivas para a prática de monitoria;
- * Calendário estratégico para o processo seletivo;
- * Critérios de seleção claros e maior rigor na avaliação dos conhecimentos;
- * Deve-se preocupar com a compensação justa para o professor que trabalha com monitoria;
- * Informação e orientações metodológicas;
- * Oportunizar pagamento de bolsas;
- * Proporcionar avaliação sobre o desenvolvimento da atividade e participação de monitores em eventos científicos;
- * Estimular benefícios extrínsecos (recompensa material).

Ressaltamos a importância da monitoria em um currículo como sendo uma das dimensões operacionais, contribuindo na identidade do curso, reafirmando seus objetivos, objeto de estudo, orientando sobre o que e como aprender.

113
10/18/2014
113
B. S. C.

10.2 PESQUISA NO ENSINO

Entre os inúmeros permanentes desafios do Curso de Enfermagem do Centro de Estudos Superiores de Caxias, estão:

- a) Buscar permanentemente a qualidade e a excelência;
- b) Propiciar o intercâmbio com a sociedade;
- c) Criar um intercâmbio de avaliação permanente;

Deste farão parte professores, alunos, ex-alunos, líderes profissionais, etc. para que possam retroalimentar o processo com vista a corrigir as imperfeições e distorções.

- d) A criar um núcleo de fomento a pesquisa;

Considerando que sua estrutura não contempla a existência de um núcleo de pesquisa dentro dos cursos, esta proposta deverá ainda ser motivo de estudo.

A pesquisa deve ser adotada regularmente como estratégia de ensino em cada disciplina ou matéria, valorizando mecanismos capazes de desenvolver uma cultura investigativa metodológica e a postura pró-ativa que possibilite o aluno a pensar e a ter independência intelectual, possibilitando a construção e a busca do conhecimento contínuo.

A fim de incentiva a pesquisa na UEMA a Pró- Reitoria de Pós Graduação desenvolve as seguintes políticas:

- Publicação semestrais de editais PIBIC/UEMA para capturar projetos de iniciação científica;
- Incentiva a qualificação de professores nos programas de pós graduação com afastamento e concessão de bolsa auxílio;
- Disponibiliza a revista eletrônica pesquisa em foco com fator de impacto qualis B5;
- Apoio de alunos com concessão de auxílio financeiro para publicação de trabalhos científicos em eventos nacionais e regionais ;
- Premiação em apoio financeiro para professores que publicarem artigos em revista qualis A1;

119
10/18/2019
A. S. S.

O curso de Enfermagem do CESC/UEMA incentiva a pesquisa através de:

- Realização de eventos científicos para publicação de trabalhos;
- Exigência de indexação de artigo da monografia em vias entregues e apresentação de aceite de submissão em revista qualis;
- Incentivo de alunos em etapa final do curso e egressos a participar de processos seletivos de programas de pós graduação a nível regionais e nacionais;
- Criação do Grupo de Pesquisa GSAHPS (GRUPOS DE SAÚDE HUMANA EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E ALTA COMPLEXIDADE) cadastrado no diretório de pesquisa da CAPS;

10.3 EXTENSÃO NO ENSINO

A UEMA enquanto Instituição de Ensino Superior tem a integração com as comunidades do seu entorno um marco identitário. A extensão universitária é o instrumento decisivo que possibilita a intervenção direta e de maior efetividade da Instituição na sociedade. A extensão é a atividade acadêmica apropriada para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de forma contextualizada com a realidade social, o entendimento do movimento dialógico entre a teoria e a prática, a troca de experiências e de saberes e a busca de alternativas para os problemas da coletividade.

Entendendo a extensão universitária como percurso aprendente, o curso de Enfermagem do CESC/UEMA assume o compromisso de buscar uma formação que contempla as dimensões pessoal, profissional e social, desenvolvendo uma consciência cidadã e uma sólida qualificação para o trabalho.

Como principais diretrizes para a Extensão estabeleceram-se:

1 - Incentivo ao desenvolvimento de práticas acadêmicas que dialoguem com as demandas econômicas e necessidades sociais contribuindo para uma formação

115 115
104858/10/14
P. S. S.

peçoal capaz de colaborar com a transformação social e o desenvolvimento regional sustentável;

II - Vinculação das atividades de extensão ao processo de formação dos sujeitos e geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação para a obtenção de competências necessárias à atuação profissional e exercício da cidadania;

III - Estímulo à criação de instrumentos para socialização dos conhecimentos produzidos pela instituição permitindo acesso e identificação também por aqueles que dele não participam diretamente.

A extensão visa articular o ensino e a pesquisa, servindo como instrumento de integração da Instituição com a comunidade, através de programas que visam ao desenvolvimento da Região, viabilizando a relação transformadora da ENFERMAGEM e o seu comprometimento com a sociedade. A Extensão serve como aprendizado prático e socialmente crítico dos conteúdos das disciplinas, sendo operacionalizada através de professores e alunos. As atividades de extensão do Curso de Enfermagem devem atender a política educacional da UEMA.

O ensino de graduação tem na extensão um forte apoio para a difusão de conhecimentos desenvolvidos no âmbito da pesquisa acadêmica, bem como para uma melhor articulação entre o ensino teórico com o prático. Como um dos mecanismos de produção de conhecimento, a extensão contribui para o enriquecimento curricular em Enfermagem, abrindo espaços para a ampliação de saberes e propondo condições de realização da assistência à saúde da população. Anualmente o Departamento de Enfermagem submete e aprova 15 projetos de extensão através de seu quadro de professores efetivos que concorrem ao Edital PIBEX/UEMA. Ao final do projeto alunos e professores são certificados pela PROREITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS – PROEXAE. Durante o período do projeto o aluno recebe uma bolsa de apoio no valor correspondente a 1/3 do valor da remuneração do professor 20h.

No ano de 2015 o curso de Enfermagem do CESC/UEMA a convite da PROEXAE participou do PROJETO RANDON compondo o grupo de saúde que irá participar de ações extencionistas em 15 cidades do interior do Ceará (Projeto Mandacaru) no período de 15 de janeiro a 02 de fevereiro d 2014.

116
10/18/58/204
[Handwritten signature]

11 ESTÍMULOS AS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A missão da UEMA alicerça-se no desenvolvimento da atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais, cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e aplicando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem e de futuras gerações. A UEMA oferece educação superior, visando à formação de sujeitos empreendedores, e comprometidos com o autoconhecimento, com a transformação social, cultural, política e econômica do Estado de Maranhão e da Região.

Assim, a Instituição tem a responsabilidade social de preparar profissionais éticos e competentes capazes de contribuir para o desenvolvimento regional, o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos. Consoante com sua missão, a IES proporciona muitos estímulos aos discentes para a realização de atividades acadêmicas e participação em eventos complementares.

Há incentivo à participação do estudante em viagens de estudos; atividades de extensão; monitoria; pesquisa; discussões temáticas; estudos complementares; participação em seminários, encontros, simpósios, conferências e congressos nacionais, internos ou externos à Instituição; estudos de casos; projetos de extensão; publicação de produção científica; visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais. Além disso, a UEMA apóia a divulgação de trabalhos de autoria dos seus alunos.

O Curso de Enfermagem possui parcerias com órgãos, secretarias municipais, empresas, escolas da rede pública e privadas no desenvolvimento de ações conjuntas onde são inseridos estudantes para a sua execução cita-se: coordenação das unidades de saúde da família, Centro de Testagem e Aconselhamento, Centros de Referências em Atenção Social, Secretaria da Mulher, Secretaria de Transportes e Limpeza Pública, Igrejas Evangélicas, Escola Técnica do SUS do Maranhão, Lar da Divina Providência, Centro de Convivências de Idosos, Fazenda da Esperança entre outros que procuram o Departamento de Enfermagem do CESC/UEMA pela sua credibilidade e reconhecimento pela comunidade local.

Dentre os eventos que já fazem parte do calendário anual na cidade destacam-se: o outubro rosa com intensa programação extensiva com apoio dos alunos bem como o Feira de Saúde desenvolvida no mês de maio no prédio do curso onde as salas de aula são transformadas em stands de serviços com parceiros para a oferta de serviços de saúde aos trabalhadores da limpeza pública de Caxias.

A parceria com o Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão desde 2007 a partir da implantação da subseção COREN Caxias trouxe importantes oferta de ações como a SEMANA DE ENFERMAGEM local anualmente com vasta programação científica e cultural com a participação direta de estudantes do curso. Cita-se também a JORNADA DE ATUALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM que passou a ocorrer no mês de dezembro anualmente.

No ingresso dos calouros a direção do curso promove a calourada em um dia alegre em sitio na zona rural de Caxias com programação científica, esportiva e cultural. Fazendo parte do calendário escolar realizamos semestralmente campanha de doação de sangue onde, o HEMONÚCLEO DO MARANHÃO instala-se no curso para a coleta. A fim de promover um espaço alternativo a direção do curso adaptou área livre na frente do prédio para atividades culturais que passou a acontecer mensalmente no calendário do curso.

12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – (TCC)

Para a conclusão de Curso de Graduação na UEMA, será exigido um trabalho, de acordo com as Normas Gerais do Ensino de Graduação da UEMA –, TÍTULO II, CAPÍTULO VI, ART 88 a 94.

O trabalho será da autoria do aluno e poderá constituir-se de:

- Proposta com base em Projeto de Pesquisa Científica
- Produção de Trabalho Monográfico

Terá um desenvolvimento sob a orientação pessoal e direta de um professor

Ao aluno, caberá escolher dentre os docentes, o de maior afinidade entre o seu campo de atuação e o trabalho de conclusão do curso, para orientá-lo.

Poderão orientar trabalhos de conclusão de curso, professores não pertencentes ao quadro da UEMA, observada a afinidade entre a especialidade do

118
104858/118
D. S. S.

orientador e o tema proposto, desde que o orientador faça parte do quadro de professores de IES e que esta tenha dado autorização e liberação, que seja aprovado pelo Colegiado do Curso. As despesas, advindas dessa orientação ficarão sob a responsabilidade do aluno.

O TCC obedecerá as normas gerais da UEMA que segue:

Art. 88. A elaboração de um trabalho científico, observadas as exigências das Normas Técnicas Internacionais, denominado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para efeito de registro no histórico acadêmico, é condição indispensável para a conclusão de curso de graduação.

Art. 89. O TCC será de autoria de acadêmicos e poderá constituir-se de:

I - proposta pedagógica, com fundamentação em paradigma educacional;

II - proposta tecnológica, com base em projeto de pesquisa científica;

III - projeto metodológico integrado;

IV - projeto de invenção no campo da engenharia;

V - produção de novas tecnologias para cultura agrícola;

VI - produção de programas de computação de alta resolução;

VII - produção de trabalho monográfico;

VIII - produção e defesa de relatório de estágio que demonstre a cientificidade da relação teoria e prática desenvolvida no currículo, igualmente na produção do relatório da monitoria.

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é de autoria de um único estudante, exceção feita ao TCC que tratar de Proposta, ficando neste caso limitado, no máximo, a três acadêmicos.

Art. 90. O estudante deverá requerer à Direção do Curso ou Coordenadoria sua inscrição para realização do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, desde que não esteja em débito com as disciplinas do currículo objeto de seu trabalho, observado o prazo máximo de integralização curricular.

Art. 91. Cada trabalho será desenvolvido sob a orientação pessoal e direta de um professor, à escolha do aluno, entre aqueles da área de conhecimento afim com o objeto do trabalho.

§ 1º Sem prejuízo de outras atividades, a Assembléia Departamental, quando da distribuição de carga horária dos docentes, estabelecerá um percentual para os

professores que orientarão trabalhos de conclusão de curso, respeitando o limite dos seus regimes de trabalho.

§ 2º Cada professor poderá orientar até 4 (quatro) trabalhos de conclusão de curso, por semestre.

§ 3º Poderão orientar trabalhos de conclusão de curso professores não pertencentes aos quadros da UEMA, desde que haja afinidade entre a especialidade do orientador e o tema proposto, e seja comprovada a sua condição de professor universitário por declaração da IES de origem, ficando as despesas advindas dessa orientação sob a responsabilidade do acadêmico.

§ 4º O documento de que trata o parágrafo anterior deverá ser entregue à direção do curso junto com o projeto de TCC.

§ 5º Pode haver mudança de orientador a critério do estudante, e interrupção da orientação pelo professor, desde que justificadas por escrito à direção do curso e não tenha decorrido mais da metade do período letivo.

Art. 92. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado em duas fases, até no mínimo em dois períodos letivos consecutivos, a critério do acadêmico.

§ 1º Na primeira fase, o acadêmico apresentará, na data designada pelo diretor do curso, um Projeto de Trabalho, devidamente assinado pelo professor orientador, que deverá ser homologado pelo colegiado do curso.

§ 2º Na segunda fase, o estudante desenvolverá o projeto aprovado, que deverá ser entregue na data designada pelo diretor do curso.

§ 3º As 3 (três) vias do Trabalho de Conclusão de Curso serão entregues ao diretor de curso que as distribuirá aos professores que comporão a Banca Examinadora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de defesa designada pelo diretor do curso.

§ 4º A Banca Examinadora será composta por 3 (três) Professores, sendo presidente o professor orientador, e 2 (dois) professores indicados pelo colegiado do curso.

§ 5º Na falta ou impedimento do professor orientador ou membro da banca, deverá ser

designada pela direção do curso nova data para defesa do trabalho, que não poderá exceder de 5 (cinco) dias úteis, bem como ser informada a falta do professor ao respectivo departamento,

119
10485/104
H. S. S.

120
10415/2014
120
A. J. J. J.

para fim de registro e encaminhamento da falta ao setor competente.

Art. 93. A defesa do trabalho consiste na exposição oral do conteúdo pelo estudante durante 30 (trinta) minutos e terá 10 (dez) minutos para as respostas à arguição de cada componente da Banca Examinadora.

§ 1º Da defesa resulta uma nota numérica calculada pela média aritmética das notas de apresentação escrita e exposição oral atribuídas por cada membro da banca, ocorrendo aprovação quando a média for igual ou superior a 7,0 (sete) ou reprovação do trabalho, em caso de nota inferior, registradas em ata a ser arquivada na direção do curso.

§ 2º A avaliação poderá ser concluída quando não houver exigência de alterações e, quando houver, fica o aluno com prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para entregar 1(uma) via da versão definitiva à direção de curso, sob pena de invalidação de nota atribuída ao trabalho.

§ 3º Poderá também a aprovação ser condicionada à realização de mudanças de forma ou conteúdo, ficando o acadêmico com prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para proceder à modificação e entregar 1(uma) via da versão definitiva à direção do curso.

§ 4º A Banca Examinadora apresentará, por escrito, as observações relativas à avaliação do TCC, a fim de que o acadêmico proceda às alterações indicadas.

§ 5º A versão modificada será encaminhada ao professor orientador ou professor designado pela Banca para proceder à revisão, a ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) dias, sob pena de invalidação da nota atribuída ao trabalho.

Art. 94. A via definitiva será entregue à direção do curso, para posterior encaminhado a biblioteca central;

Parágrafo único. A direção do curso manterá um banco de dados com informações básicas sobre todos os trabalhos de conclusão de curso já defendidos e aprovados, devendo conter: autor, título e área temática do trabalho; nome e titulação do professor orientador; data em

que se realizou a defesa; número de catálogo na biblioteca; e membros da Banca Examinadora.

12 f
10/18/2014
121
BSSC

A direção do curso indicará a Banca Examinadora para os trabalhos e o prazo de entrega destes. O aluno deverá obedecer ao prazo de entrega e defesa do trabalho de conclusão do curso bem como a indicação da referida Banca Examinadora. Quando não obedecidos os requisitos citados, o aluno perderá o direito de concluir o grau de Enfermeiro. A orientação e normalização do trabalho deverão obedecer as orientações do MANUAL DE ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIAS aprovado pelo colegiado de curso de Enfermagem.

13 RECURSOS HUMANOS

13.1 DOCENTES

A qualificação de professores é promovida pela Pro-Reitoria de Pós-Graduação da UEMA, através de concessão de afastamento e bolsa para cursar programas de pós-graduação stricto sensu com também pela oferta de MINTER E DINTER por intermédio da CAPS.

Para tratar o perfil destes docentes do Curso de Enfermagem do CESC, pode-se dizer que devem contemplar:

- a. Formação específica na área de conhecimento;
- b. Capacidades para atuar em equipe multiprofissional;
- c. Visão abrangente do profissional enfermeiro e flexibilidade para entender mudanças sociais
- d. Capacidades de tomar decisões
- e. Capacidade de produzir pesquisas científicas e desenvolver a extensão universitária

O quadro de professores do Departamento de Enfermagem do CESC/UEMA está em constante qualificação decorrentes da política de incentivo institucional impulsionada principalmente nos últimos 3 anos. No anos de 2014 sete professores estão participando de programas de pós graduação, dois deles concluíram doutorado e cinco estão ligados a programas de pós graduação a nível de mestrado.

122
122
109858/204
[Signature]

13.2 GESTORES

A gestão do Curso de Enfermagem ocorre de forma colegiada, e é integrada pela Pro-Reitoria de Graduação da UEMA, Direção de Centro, Coordenação do curso, Chefia de Departamento de Enfermagem.

13.3-TECNICOS ADMINISTRATIVOS

A Coordenadoria do Curso de Graduação em Enfermagem tem à sua disposição pessoal de apoio técnico e administrativo necessário à execução de seus serviços e ao cumprimento de suas atribuições. Na UEMA o corpo técnico-administrativo, constituído por todos os funcionários não docentes, tem sob sua responsabilidade os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao normal funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Faculdade zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico profissional a seus funcionários.

Sendo assim o quadro de funcionário é constituído por: 03 secretários nomeado pelo Reitor da UEMA, 05 serviços gerais, 04 vigilantes terceirizados

14 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A biblioteca possui espaço adequado para o acervo, instalações para estudos individuais e instalações para estudo em grupo. Além disso é dotada de iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica. O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro, com livre acesso aos usuários. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. As disciplinas ministradas no Curso de Graduação em Enfermagem possuem no mínimo 03 (três) títulos indicados para a bibliografia básica, em proporção adequada de

123

104858/2014

123

exemplares por acadêmicos, e está devidamente tombada junto ao patrimônio da UEMA.

A bibliografia básica atende aos programas das disciplinas do Curso de Graduação em Enfermagem. A bibliografia foi recomendada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, supervisionada pela Direção de Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante. O Núcleo Docente Estruturante do Curso trabalha também no sentido de recomendar a atualização bibliográfica, através de seu acervo de livros e periódicos.

A biblioteca conta em seu acervo com periódicos, nacionais e estrangeiros, específicos para os cursos e outros de interesse da comunidade acadêmica. Para tanto são mantidas assinaturas correntes de periódicos, que podem ser ampliadas, de acordo com as indicações da comunidade acadêmica. Além das assinaturas de periódicos a UEMA viabiliza acesso aos periódicos disponíveis livremente do site da Capes através do site da UEMA. Para o Curso de Graduação em Enfermagem foram adquiridas as assinaturas de periódicos que atendem às necessidades acadêmico-científicas da comunidade acadêmica.

A política de aquisição de acervos determinar-se-á pelos aspectos qualitativos e quantitativos, possibilitando acesso à bibliografia básica do Curso, em número e conteúdo. Nos últimos dois anos a UEMA fez a aquisição de 1.234 exemplares específicos de enfermagem.

15 INFRA ESTRUTURA

15.1 ESPAÇOS

O curso funciona no anexo saúde do CESC/UEMA no lado esquerdo do prédio o qual apresenta o seguintes compartimentos:

- Recepção e gabinete da direção de curso
- Sala do Núcleo Docente Estruturante
- Sala do Departamento de enfermagem
- Central internet
- Sala do COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Plano nº 124
Processo nº 124/58/201
Assinatura: D. S. F. C. S.

- Salas de aulas
- Laboratório de habilidades clínicas de enfermagem
- Banheiros
- Terraço cultural

O CESC/UEMA coloca a disposição da comunidade acadêmica o auditório com 370 lugares, localizado no prédio central. Mantendo o seu padrão de qualidade, o auditório é forrado, assim, a distribuição da acústica e da climatização ambiente.

15.2 LABORATÓRIOS

- Anatomia
- Informática
- Parasitologia
- Microbiologia
- Bioquímica
- Genética
- Patologia
- Farmacologia
- Fisiologia
- Bioquímica
- Histologia
- Enfermagem

15.2.1 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Tem por objetivo o ensino de técnica computacional básica e aplicada ao ensino das ciências da saúde como o cálculo bioestatístico, modelamentos bioquímicos, fisiológicos, farmacológicos, na virtualização trimensional de estruturas anatômicas e cirúrgicas, bem como confecção de cenários de casos clínicos com o embasamento em evidências cientificamente relatadas em artigos e conferências.

No laboratório de informática, o conhecimento da tecnologia e da ciência da informática será uma plataforma de suporte para a aplicação de aulas das diversas disciplinas básicas e clínicas dos vários módulos do curso em busca da interdisciplinaridade, e que coloque o aluno e o professor em contato com todo o campus, UEMA, e com as demais faculdades brasileiras e estrangeiras da área e com o grande universo em que se transformou a internet.

15.2.3 LABORATORIO DE MICROBIOLOGIA

Permitirá ao aluno se familiarizar com a identificação dos patógenos mais comuns na prática clínica, a exemplo das bactérias, fungos e parasitos unicelulares. Com este propósito serão oferecidas técnicas de coloração pelo método de Gram e de isolamento e de identificação de microorganismos mediante outras técnicas e meios de culturas específicas utilizando diversas fontes e materiais.

O aluno terá a oportunidade de reproduzir as diversas técnicas de isolamento e identificação de microorganismos, inclusive, de técnicas de cultivo de vírus. Este laboratório também será utilizado para as aulas práticas da disciplina parasitologia, onde é importante após cada aula teórica a visualização dos organismos macro e microscópicos estudados, coleta de material e preparo.

15.2.4 LABORATORIO DE PATOLOGIA

Tem por objetivo inserir o aluno a demonstração macroscópica de peças anatômicas e o estudo microscópico de preparações histológicas com o propósito de adquirir conhecimentos de causas e dos mecanismos de ação dos processos patológicos gerais determinando suas conseqüências morfológicas e correlacioná-las com alterações funcionais clínicas.

Proporcionará ainda o estudo prático das alterações morfofuncionais das doenças específicas de órgãos e sistemas permitindo correlacionar às alterações macro e microscópicas faces às doenças, conhecerem sua patogênese e avaliar os critérios de prognóstico. Este laboratório será também utilizado para as aulas práticas da disciplina Anatomia Humana e Histologia e Embriologia Humana.

126
126

104858/2011
Ribeiro

15.2.5 LABORATORIO DE FARMACOLOGIA

A disciplina requer uma intensa relação do seu ensino aprendizagem com um laboratório para atividades experimentais com supervisão de docente. O apoio que experimentação animal oferece ao ensino de farmacologia é de importância para tanto requer o apoio de um biotério.

15.2.6 LABORATORIO DE FISIOLOGIA

Os métodos de estudos da disciplina são de cunho prático, sendo boa parte dos experimentos realizados com animais, os animais devem estar disponíveis pelo biotério. Este laboratório será também utilizado pela disciplina farmacologia.

15.2.7 LABORATORIO DE BIOQUÍMICA

A disciplina contempla os aspectos relacionados ao metabolismo dos compostos orgânicos e as práticas voltadas para as dosagens bioquímicas utilizando como suporte laboratorial a clínica médica, sendo de extrema importância para a vida profissional do aluno.

15.2.8 LABORATORIO DE HISTOLOGIA

Também será utilizado para as aulas práticas da disciplina anatomia humana e patologia. Proporcionará ao aluno os primeiros contatos com o microscópio e permitirá a montagem de peças de tecidos normais em lâminas para exame. O laboratório contará com coleções de lâminas dos diferentes tecidos corporais que poderão ser utilizados individualmente ou coletivamente, sob a coordenação de um professor.

15.2.9 LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM

127
127
104858/2014
R. Frey

O laboratório de enfermagem servirá de apoio para as disciplinas específicas e profissionalizantes como: Bases Técnicas de Enfermagem, Semiologia Aplicada a Enfermagem, Enfermagem na Saúde da Mulher e do Recém Nascido, Enfermagem Perioperatória, Enfermagem nas Urgências e Emergências. É um laboratório imprescindível para o desenvolvimento de habilidades técnicas de enfermagem

Entendendo ser os recursos audiovisuais imprescindíveis ao bom desenvolvimento das aulas, a direção do curso de enfermagem do CESC/UEMA dispõe e possibilita a aos seus docentes e alunos os seguintes equipamentos e materiais: 04 projetores multimídia, 01 aparelhos de televisor, caixa amplificadora, DVD, vídeo cassete, painéis e flip-chart.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Ana Lúcia Cunha. Guia de orientação sobre elaboração de Projeto Pedagógico de curso. São Luis: EDUEMA, 2014.

BRASIL, Lei nº. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e as bases da Educação Nacional. LEX, **Coletânea de Legislação e Jurisprudência**. São Paulo, ano 60, pág. 3719 a 3739, dezembro (//) 1996.

_____, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Enfermagem. Resolução CNE/CES nº 3/2001

_____, LEI 7498/1986. Lei do Exercício Profissional de Enfermagem.

_____, Universidade estadual do Maranhão. Normas Gerais do Ensino de Graduação da UEMA, 2012.

_____, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES Nº 1.133/2001.

_____, Universidade estadual do Maranhão. Estatuto da UEMA.
Lei Federal nº 10.861/2004

_____, **Diretrizes e Estratégias Políticas Educacionais do Estado do Maranhão –**
Roseana Sarney - Governo do Estado do Maranhão. São Luis 1999.

Diretrizes e Estratégias Políticas Educacionais do Estado do Maranhão –
Roseana Sarney - Governo do Estado do Maranhão. São Luis 1999

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2001.

129

104/09/200

[Handwritten signature]

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988. p. 103-117